



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

## DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA

Reunião Ordinária nº	<b>552</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>55/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>A-235/2013 V2</b>
Interessado(a):	<b>JOSÉ GONÇALVES MENDES NETO</b>

EMENTA: Concede o Acervo Técnico ao profissional Engenheiro Agrícola José Gonçalves Mendes Neto nos termos do Atestado de Capacidade Técnica e ARTs apresentadas.

## DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 22 de março de 2018, apreciando o processo **A-235/2013 V2** que trata da solicitação de certidão de Acervo Técnico - CAT feita pelo profissional Engenheiro Agrícola José Gonçalves Mendes Neto, pela Web, e encaminhado, pelo Chefe da UGI-Itapeva, à Câmara Especializada de Agronomia para análise e parecer, com base no artigo 68, da Resolução 1025/2009, quanto às atribuições do Engenheiro Agrícola e serviços executados, constantes no Atestado de Capacidade Técnica e ART. Considerando a informação elaborada por assistente técnico. Considerando a análise e parecer do relator da CEA. Considerando a legislação a cumprir. Considerando que as obras de movimentação de terra (terraplenagem) são o conjunto de operações de terra que envolve etapas de escavação, transporte, depósito, compactação, etc. Considerando que o serviço tem como objetivo principal a adaptação da topografia original às condições de aproveitamento de áreas aos projetos de construções subsequentes ([www.crea-pr.org.br](http://www.crea-pr.org.br)). Considerando que é entendimento de Câmara Especializada em Agronomia que o engenheiro agrícola é profissional habilitado para os serviços de terraplenagem ([www.crea-pr.org.br](http://www.crea-pr.org.br)). Considerando que no contrato de prestação os serviços de terraplenagem em obras de duplicação, executados sob responsabilidade do Engenheiro Agrícola, consta: limpeza do terreno sem destocamento de árvores; limpeza do terreno com destocamento de árvores; escavação e carga de material de 1ª e 2ª categoria, escavação e carga de solo mole sob lâmina de água; carga de material de limpeza; espalhamento/regularização/compactação do material em bota fora, transporte de material de 1ª e 2ª categoria até 1 km; transporte de material de 1ª e 2ª categoria até 2 km; transporte de material de 1ª e 2ª categoria até 5 km; transporte de solo mole além de 2 km; transporte de material de limpeza além de 1 km; compactação de aterro >= 95 % PS; fundação de aterro com pedra rachão. Considerando que os equipamentos utilizados foram: Caminhão basculante Truck; trator esteira; rolo compactador CAT. Considerando que o serviço técnico referente a terraplenagem pode ser executado por Engenheiro Agrícola. DECIDIU: **1) Rejeitar o parecer do Conselheiro Relator.** Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. Antonio Celso Facco, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. Willian Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções. **2) Aprovar o parecer do vistor: Pela concessão do Acervo Técnico ao profissional Engenheiro Agrícola José Gonçalves Mendes Neto nos termos do Atestado de Capacidade Técnica e ARTs apresentadas.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. Antonio Celso Facco, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. Willian Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 12 de abril de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>552</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>56/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>C-840/2017</b>
Interessado(a):	<b>FACULDADES INTEGRADAS STELLA MARIS DE ANDRADINA</b>

EMENTA: Cadastra o curso e fixa as atribuições das turmas de 2012, 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017 do Curso de Tecnologia em Agronegócio das Faculdades de Integradas Stella Maris - FISMA de Andradina SP e dá outras providências.

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 22 de março de 2018, apreciando o processo **C-840/2017** que trata cadastramento do curso SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGRONEGÓCIO das Faculdades Integradas Stella Maris de Andradina-FISMA, e pára que sejam fixadas atribuições aos formados de 2012 a 2017 do curso em referência. Considerando que a Câmara Especializada de Agronomia analisou os processos C-677/2015 da Faculdade de Tecnologia de Jales; C-887/2015 das Faculdades Adamantinenses Integradas – FAI e C-244/2013 da Faculdade de Tecnologia de Botucatu – FATEC; que trataram do assunto em referência. Considerando a Resolução nº 313/86 do Confea em especial o artigo 1º, 2º, 3º, 4º e 5º. Considerando a Resolução nº 1062/2014 do CONFEA- Suspende a aplicabilidade da resolução nº 1010/05 do CONFEA. Considerando a Resolução nº 473/02 do Confea – Tabela de títulos profissionais. Considerando a Decisão PL-423/05, do CONFEA, que aprova a sistemática para inserção de novos títulos profissionais e de títulos existentes no cadastro dos Conselhos Regionais na Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea, do qual destacamos o item 2.2 “O CREA analisará o projeto pedagógico do curso, verificando o conteúdo curricular e título profissional a ser conferido, sendo que o conteúdo curricular deve ser caracterizado pela extensão e o grau de profundidade com que as disciplinas e conteúdos são tratados, assim como a orientação dada no sentido da aplicação dos conhecimentos e prática da profissão.” Considerando a Instrução 2312 do CREA –SP, que trata do cadastramento de Cursos no CREA-SP. Considerando que o Projeto Pedagógico do Curso de Tecnologia em Agronegócio. Considerando o Perfil Profissional. Considerando as últimas atribuições concedidas pela Câmara Especializada de Agronomia para o curso em questão foram aquelas definidas através da Decisão CEA/SP nº 169/2015 da reunião de 27/08/2015, ou seja: I - Pela fixação de atribuições aos formandos de 2014 e 2015 ( 1º e 2º semestres), em conformidade à Resolução nº 313/86 do Confea, bem como ao Perfil Profissional e Competências. Art. 3º - As atribuições dos Tecnólogos, em suas diversas modalidades, para efeito do exercício profissional, e da sua fiscalização, respeitados os limites de sua formação, consistem em: 1)

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

elaboração de orçamento; 2) padronização, mensuração e controle de qualidade; 3) condução de trabalho técnico; 4) condução de equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção; 5) execução de instalação, montagem e reparo; 6) operação e manutenção de equipamento e instalação; 7) execução de desenho técnico. Parágrafo único - Compete, ainda, aos Tecnólogos em suas diversas modalidades, sob a supervisão e direção de Engenheiros, Arquitetos ou Engenheiros Agrônomos: 1) execução de obra e serviço técnico; 2) fiscalização de obra e serviço técnico; 3) produção técnica especializada. Art. 4º - Quando enquadradas, exclusivamente, no desempenho das atividades referidas no Art. 3º e seu parágrafo único, poderão os Tecnólogos exercer as seguintes atividades: 1) vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico; 2) desempenho de cargo e função técnica; 3) ensino, pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica, extensão. Parágrafo único - O Tecnólogo poderá responsabilizar-se, tecnicamente, por pessoa jurídica, desde que o objetivo social desta seja compatível com suas atribuições. Art. 5º - Nenhum profissional poderá desempenhar atividades além daquelas que lhe competem, pelas características do seu currículo escolar, consideradas em cada caso apenas as disciplinas que contribuem para a graduação profissional, salvo outras que lhe sejam acrescidas em curso de pós-graduação, na mesma modalidade. II - Pela concessão do título Tecnólogo em Agronegócios (código 312-29-00), aos formandos de 2014 e 2015 ( 1º e 2º semestres), inserido em 30/03/15 na tabela de títulos profissionais, anexa a Resolução nº 473/02 do Confea. Considerando os artigos 46 (alínea “d”) da Lei Federal nº 5.194/66. Considerando o artigo 11 da Resolução Nº 1.007/03. Considerando os artigos 3º, 4º, 5º e 6º da Resolução Nº 1073/16. Considerando os artigos 3º e 4º da Resolução 473/02. Considerando ser a primeira turma a ser formada nas FACULDADES INTEGRADAS STELLAMARIS - FISMA - DE ANDRADINA – SP. Considerando a decisão da CEA nº 169/2015, de 27/08/2015. DECIDIU: **Pelo cadastramento do Curso de Tecnologia em Agronegócio das Faculdades de Integradas Stella Maris FISMA de Andradina SP, e conceder aos formandos de 2012, 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017 as atribuições “dos artigos 3º e 4º da Resolução nº 313/86 do CONFEA, circunscritas aos respectivos limites de sua formação”, com o título profissional de “Tecnólogo(a) em Agronegócios” (código 312-29-00 da Tabela de Títulos Profissionais do CONFEA - Anexo da Resolução 473/02).** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. Antonio Celso Facco, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Vasco Luiz



Fls. Nº \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. Willian Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 12 de abril de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

## DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA

Reunião Ordinária nº	<b>552</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>57/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>C-888/2017</b>
Interessado(a):	<b>ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL "JOÃO JORGE GERAISATE"</b>

EMENTA: Retira o processo de pauta.

## DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 22 de março de 2018, apreciando o processo **C-888/2017** que trata da solicitação de cadastramento inicial do curso Técnico em Produção de Cana de Açúcar da ETEC João Jorge Geraissate, de Penápolis, SP. O encaminhamento para a CEA feita pela UGI/Araçatuba sugere enquadramento do título profissional por similaridade, bem como para conceder as respectivas atribuições aos profissionais que concluíram o curso no ano letivo de 2010 e 2011 do curso em referência DECIDIU: **Retirar o processo de pauta a pedido do relator para adequações.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. Antonio Celso Facco, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. Willian Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 12 de abril de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>552</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>58/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>C-786/1980 V2</b>
Interessado(a):	<b>E.T.A.E. PROFESSORA HELCY MOREIRA MARTINS AGUIAR</b>

EMENTA: Fixa as atribuições da turma de 2015 do Curso de Técnico em Agropecuária da ETEC Prof.<sup>a</sup> Helcy Moreira Martins Aguiar e dá outras providências.

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 22 de março de 2018, apreciando o processo **C-786/1980 V2** que trata da revisão anual de atribuições do curso TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO da ETEC Prof.<sup>a</sup> Helcy Moreira Martins Aguiar, de Cafelândia, SP, para referendar atribuições aos formados no referido curso. Considerando que as últimas atribuições concedidas pela Câmara Especializada de Agronomia para o curso em questão foram aquelas definidas através da Decisão CEA/SP nº 176/2015, da reunião de 27.08.2015, ou seja, 1) Pelo enquadramento do Título Profissional a ser concedido como Técnico em Agropecuária (cód. 313-05-00 da Resolução 473/2002 do CONFEA), e pelo referendo da extensão das atribuições conferidas à turma de 2011 também às de 2012, 2013 e 2014, conforme a Decisão CEA/SP no. 221/11, de 22 de setembro de 2011...". Considerando que a instituição de ensino informa que a habilitação cujas turmas concluíram em 2015 e 2016 e a turma que concluirá em 2017 sofreu alterações em seus componentes curriculares (disciplinas técnicas) em relação à turma de concluintes de 2014, e quanto as turmas do curso de nº 05, com início em 2013/1 e término em 2015/2; nº 06, início em 2014/1 e término em 2016/2; e nº 07, início em 2015/1 e previsão de término em 19.12.2017(2017/2). Considerando que: 1. Matriz curricular 2013 a 2015 tem os mesmos elementos e carga horária total da anteriormente apresentada de 2012 a 2014. Considerando que a Matriz curricular 2014 a 2016 (que, comparada com a anterior (2013 a 2015), demonstra alterações curriculares, conforme abaixo: Disciplinas excluídas: Planejamento, Administração e Cooperativismo, Projetos e Instalações Rurais, Planejamento e Uso do Solo, Planejamento e Administração, Produção Vegetal I, II e III, Ética e Cidadania Organizacional, Produção Animal I, II e III, Mecanização e Manejo do Solo, Agropecuária Sustentável, Gestão da Empresa Rural. e Disciplinas Incluídas: Agricultura Orgânica, Instalações Rurais, Mecânica e Mecanização Agrícola, Cooperativismo, Associativismo e Economia na Agropecuária, Nutrição Animal, Alimentos e Alimentação com Prática em Reservas Forrageiras e Animais Monogástricos, Ética Organizacional, Extensão e Trabalho Rural, Plano de Negócios Agropecuários, Microbiologia e Botânica Agrícola com Práticas em Olericultura e Especiarias, Nutrição Vegetal, adubos e corretivos com Práticas em Culturas Anuais, Reprodução e Seleção Animal com Práticas com Animais de Pequeno Porte, Saúde e Segurança no Trabalho Rural, Uso Sustentável do Solo e

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

da Água, Fitossanidade e Proteção de Plantas com Práticas em Culturas Perenes, Semiperenes, Paisagismo e Silvicultura, Sanidade e Bem Estar Animal com Práticas em Pastagens e Animais Ruminantes, Gestão Ambiental. Considerando as cargas horárias alteradas nas disciplinas Matemática, de 318 para 353 horas e Biologia, de 212 para 177 horas. Considerando que a Carga Horária total do curso passou de 4.269 para 4.172 horas. Considerando que de 2015 a 2017 que, comparada com a anterior, demonstra somente alteração na nomenclatura das disciplinas “Língua Portuguesa e Literatura” para “Língua Portuguesa, Literatura e Comunicação Profissional” e “Língua Estrangeira Moderna-Inglês” para “Língua Estrangeira Moderna-Inglês” e “Comunicação Profissional”. Considerando as Partes do Plano de Curso, com competências, habilidades e bases tecnológicas de algumas das disciplinas da parte de formação profissional que foram alteradas, exceto: Reprodução e Seleção Animal com Práticas com Animais de Pequeno Porte; Instalações Rurais, Mecânica e Mecanização Agrícola; Nutrição Animal, Alimentos e Alimentação com Prática em Reservas Forrageiras e Animais Monogástricos; Nutrição Vegetal, Adubos e Corretivos com Práticas em Culturas Anuais; Plano de Negócios Agropecuários; Saúde e Segurança no Trabalho Rural Considerando que foram anexadas as telas de “Pesquisa de Atribuição de Curso” e “Pesquisa de Atribuição” do sistema de cadastro do Crea-SP, onde se verifica que – apesar das informações da escola, constantes no processo, sobre formatura de turmas somente nos 2ºs semestres dos anos letivos de 2015, 2016 e 2017 - a UGI cadastrou atribuições para os formados de 2015/1 até 2017/2 (provisórias do artigo 2 da Lei 5524/68 e do artigo 6 do Decreto 90.922/85, alterado pelo Decreto 4.560/02, no âmbito da Agropecuária). Considerando que não foram encaminhados o Conteúdo Programático ou Ementas das seguintes disciplinas incluídas no curso, conforme matriz 2014 a 2016, válida para formados de 2016/2 e 2017/2: Reprodução e Seleção Animal com Práticas com Animais de Pequeno Porte; Instalações Rurais, Mecânica e Mecanização Agrícola; Nutrição Animal, Alimentos e Alimentação com Prática em Reservas Forrageiras e Animais Monogástricos; Nutrição Vegetal, Adubos e Corretivos com Práticas em Culturas Anuais; Plano de Negócios Agropecuários; Saúde e Segurança no Trabalho Rural. Considerando os artigos 46 (alínea “d”) e 84 da Lei Federal nº 5.194/66; considerando o artigo 11 da Resolução Nº 1.007/03; considerando os artigos 3º, 4º, 5º e 6º da Resolução Nº 1073/16; considerando os artigos 1º e 2º da Resolução Nº 1.057/14; considerando o artigo 2º da Lei Nº 5.524/68; considerando os artigos 3º, 6º e 7º do Decreto 90.922/85; considerando que o título “Técnico em Agropecuária” consta na Tabela de Títulos Profissionais da Resolução 473/02 - código 313-05-00; considerando que a instituição de ensino informou que houve alterações na grade curricular dos formados de 2015 a 2017; considerando a análise das alterações e que a documentação referente aos formados em 2015 está em ordem faltando complementação da documentação para os formados de 2016 e 2017. DECIDIU: **1) Por conceder aos formados no ano letivo de 2015 do curso de Técnico em Agropecuária da ETEC Prof.ª Helcy Moreira Martins Aguiar as atribuições “do artigo 2º da Lei Nº 5.524/68 e dos artigos 3º, 6º e 7º do Decreto Nº 90.922/85, circunscritas ao âmbito dos respectivos limites de sua formação”, com o título profissional de “Técnico(a) em Agropecuária” (código 313-05-00 da Tabela de Títulos Profissionais do CONFEA - Anexo da Resolução 473/02). 2) Por notificar a instituição de ensino para apresentar a documentação referente ao Conteúdo Programático ou Ementas das seguintes disciplinas incluídas no curso, conforme matriz 2014**





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

a 2016, válida para formados de 2016/2 e 2017/2: Reprodução e Seleção Animal com Práticas com Animais de Pequeno Porte; Instalações Rurais, Mecânica e Mecanização Agrícola; Nutrição Animal, Alimentos e Alimentação com Prática em Reservas Forrageiras e Animais Monogástricos; Nutrição Vegetal, Adubos e Corretivos com Práticas em Culturas Anuais; Plano de Negócios Agropecuários; Saúde e Segurança no Trabalho Rural, de forma a possibilitar a análise das atribuições para os formados em 2016 e 2017. Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. Antonio Celso Facco, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. Willian Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 12 de abril de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>552</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>59/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>C-1183/2017</b>
Interessado(a):	<b>ETEC PROF. DR. ANTONIO EUFRÁSIO DE TOLEDO</b>

**EMENTA:** Cadastra o curso e fixa as atribuições das turmas de 2011/1º semestre (primeira turma), 2013/1º semestre (segunda turma), 2015/1º semestre (terceira turma), 2017/1º semestre (quarta turma) e 2019/1º semestre (quinta turma) do curso de Técnico em Açúcar e Álcool da ETEC "PROF. DR. ANTONIO EUFRÁSIO DE TOLEDO" e da outras providências.

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 22 de março de 2018, apreciando o processo **C-1183/2017** que trata de análise e julgamento quanto ao cadastramento do curso Técnico em Açúcar e Álcool da ETEC "Prof. Dr. Antônio Eufrásio de Toledo", de Presidente Prudente, SP e para fixar atribuições aos formandos de 2011/1º semestre, 2013/1º semestre, 2015/1º semestre, 2017/1º semestre e 2019/1º semestre. Considerando o Ofício no. 039/2017, da instituição de ensino, solicitando o cadastramento do curso e informando as turmas iniciadas e concluídas ou em conclusão e que houve alteração na grade curricular para os formandos do 1º semestre de 2011/2017 do curso. Considerando as Cópias das publicações no Diário Oficial das Portarias CETEC: de no. 18, de 07.01.2009; no. 74, de 14.10.2010 e no. 152, de 09.10.2012, todas aprovando o Plano de Curso Técnico em Açúcar e Álcool- Eixo Produção Industrial, para implantação na rede de escolas do CEETEPS. Considerando a Declaração do CEETEPS, sobre o funcionamento regular da escola e dos cursos dos Eixos Tecnológicos de Produção Industrial. Considerando o Formulário "B" previsto na Res. 1073, do CONFEA. Considerando ao Planos de Curso do CEETEPS de no. 41, de 05.01.2009, e de no. 122, de 07.10.2010, do CEETEPS - contendo inclusive justificativas e objetivos do curso, perfis profissionais de conclusão e organizações curriculares que divergem uma da outra, mas têm a mesma carga horária de 2.000 horas. Considerando o Documento com descrição das alterações curriculares. Considerando as Matrizes curriculares 2009/2 a 2011/1 (referente ao Plano de Curso de 2009); 2011/2 a 2013/1, 2015/2 a 2017/1 e 2017/2 a 2019/1 (referente ao Plano de Curso de 2010). Considerando a Relação de docentes do curso, de 2011, 2013, 2015, 2017. Considerando a Relação de concluintes de 2011/1, 2013/1, 2015/1 e 2017/1. Considerando a cópia da tela de cadastro do Crea-SP, onde se verifica que apesar da informação sobre turmas concluintes em 2011/1º semestre, 2013/1º semestre, 2015/1º semestre, 2017/1º semestre e 2019/10 semestre, a UGI cadastrou as atribuições "provisórias do Decreto 90.922/85, alterado pelo Decreto 4.560/02, art. 3,4 e 5, incisos I, II, III, IV e V, art. 6, incisos I, II, III, IV, V, VI a, b, c, d, f, VII, VIII, d, IX, X, XI, XV, XVI, XX, XXIII, XXIX, XXXI, art. 7º.", para os formados de 2011/1 a 2017/1. Considerando os artigos 46 (alínea "d") e 84 da Lei

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Federal nº 5.194/66. Considerando o artigo 11 da Resolução Nº 1.007/03 do CONFEA. Considerando os artigos 3º, 4º, 5º e 6º da Resolução Nº 1073/16 do CONFEA. Considerando os artigos 1º e 2º da Resolução Nº 1.057/14 do CONFEA. Considerando o Decreto Nº 90.922/85 do CONFEA, que regulamenta a Lei nº 5.524/68, que dispõe sobre o exercício da profissão de técnico industrial e técnico agrícola de nível médio ou de 2º grau, da qual destacam-se os artigos 3º e 4º. Considerando a aprovação do Plano de Curso Técnico em Açúcar e Álcool - Eixo Produção Industrial pelas Portarias CETEC no. 18, de 07.01.2009; no. 74, de 14.10.2010 e no. 152, de 09.10.2012. Considerando que a carga horária de 2000 horas do curso atende à Decisão Plenária PL-1333/2015 do CONFEA e o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do MEC, que exige o mínimo de 1200 horas. Considerando que o perfil profissional do concluinte, segundo o MEC, deverá: dar possibilidades de formação continuada em cursos de especialização técnica no itinerário formativo; dar possibilidades de verticalização para cursos de graduação no itinerário formativo; dar conhecimentos para controlar e supervisionar operações de processos tecnológicos da produção de açúcar e álcool e subprodutos; realizar análises físico-químicas e microbiológicas de matérias-primas e produtos dos processos de industrialização da cana-de-açúcar para o controle de qualidade, desenvolver produtos e processos e definir e reestruturar instalações industriais. Considerando que os Planos de Curso Técnico em Açúcar e Álcool- Eixo Produção Industrial estão devidamente aprovados pelas Portarias CETEC. Considerando a Declaração do CEETEPS sobre o funcionamento regular da escola e do curso em questão. Considerando que a Instituição apresenta relação de docentes do curso para cada disciplina. Considerando que as alterações curriculares informadas no processo, que abrangem carga horária de diversos componentes curriculares e a inclusão de novos componentes curriculares, aplicaram-se a todas as turmas formadas no curso desde a 1a. turma, referente aos formandos do 1o semestre/2011, até a turma de formandos do 1º semestre/2017 e que as mesmas alterações havidas na grade curricular dos formandos nos anos letivos de 2011 a 2017 não são de modo a alterar as atribuições previstas na legislação em vigor. Considerando que o título "Técnico em Açúcar e Álcool" consta na Tabela de Títulos Profissionais da Resolução 473/02 - código 313-03-00. **DECIDIU: Por referendar o cadastramento do curso de Técnico em Açúcar e Álcool da ETEC "PROF. DR. ANTONIO EUFRÁSIO DE TOLEDO" e conceder aos formandos nos anos letivos de 2011/1º semestre (primeira turma), 2013/1º semestre (segunda turma), 2015/1º semestre (terceira turma), 2017/1º semestre (quarta turma) e 2019/1º semestre (quinta turma) as atribuições do artigo 2º da Lei nº 5.524/68 e dos artigos 3º, 6º e 7º do Decreto nº 90.922/85 modificado pelo Decreto nº 4.560/02, circunscritas ao âmbito dos respectivos limites de sua formação, com o título profissional de "Técnico(a) em Açúcar e Álcool" (código 313-03-00) da Tabela de Títulos Profissionais do CONFEA - Anexo da Resolução 473/02).** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. Antonio Celso Facco, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr.



Fls. Nº \_\_\_\_\_

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. Willian Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 12 de abril de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>552</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>60/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>C-783/2017 e V2</b>
Interessado(a):	<b>UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JULIO DE MESQUITA FILHO"</b>

EMENTA: Cadastra o curso e fixa as atribuições das turmas de 2017/2 e 2018/1 do curso de Engenharia de Pesca da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"/UNESP - Campus Experimental Registro e da outras providências.

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 22 de março de 2018, apreciando o processo **C-783/2017 e V2** que trata do cadastro do curso de Engenharia de Pesca e fixação de atribuições aos formados nos anos letivos de 2017/2 e 2018/1. Considerando a documentação anexada pela UGI ao processo, com destaque - requerimento da Instituição de ensino, solicitando o cadastramento do curso de Engenharia de Pesca e informando que a formatura da primeira turma será no 2º semestre letivo de 2017. Considerando que foram encaminhados os Formulários previstos na Resolução 1010/05, do CONFEA: "A" – para cadastramento da Instituição de Ensino; "B" – para cadastramento do curso e "C" – para análise do perfil de formação do egresso. Considerando a Relação do Corpo Docente. Considerando as cópias das publicações no Diário da Resolução UNESP 113, de 31/08/2012, criando o curso de Engenharia de Pesca no Campus Experimental de Registro, da Resolução UNESP 161, de 12/12/2012, estabelecendo a Estrutura Curricular do Curso e da Portaria CEE-GP nº 211, de 04/05/2017, do Conselho Estadual de Educação, aprovando por 3 (três) anos o reconhecimento do curso. Considerando a Grade Curricular do curso, da qual destacamos a carga horária total do curso de 4.065 horas, inclusas 180 horas de Atividades Complementares. Considerando o Conteúdo Programático. Considerando o Projeto Pedagógico do Curso, de abril de 2012, contendo inclusive as justificativas e os objetivos do curso, e a organização curricular com Programas das Disciplinas. Considerando as Cópias da Resolução nº 279, de 15/06/1983, do CONFEA, que discrimina as atividades profissionais do Engenheiro de Pesca. Considerando a tabela anexa à Resolução 473/05, também do CONFEA, onde se verifica o Título Profissional de Engenheiro (a) de Pesca, incluso no Grupo Agronomia, Modalidade, Agronomia, Nível: Graduação, com código 311-03-00. Considerando a tela do sistema de cadastro do CREA-SP, onde se verifica o cadastramento pela UGI das Atribuições provisórias do artigo 1º da Resolução 279/83, do CONFEA, para os formados do curso em 2017/2 e 2018/1 (fl. 389). Considerando que a Instituição atendeu toda a documentação solicitada para cumprir os dispositivos legais da Lei 5.194/66, da Resolução nº

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

1.007/03 do CONFEA que dispõe sobre o registro de profissionais. Considerando a Resolução nº 1.073/2016 do CONFEA, que regulamenta a atribuição de títulos, atividades, competências e campos de atuação profissionais aos profissionais registrados no Sistema Confea/Crea para efeito de fiscalização do exercício profissional no âmbito da Engenharia e Agronomia. Considerando a Resolução nº 473/02 do CONFEA, que institui a Tabela de Títulos Profissionais do sistema Confea/Crea e dá outras providências. Ressalta-se que no Anexo desta Resolução consta o Título de Engenheiro (a) de Pesca como segue: Grupo: 3 Agronomia; Modalidade: 1 Agronomia; Nível: 1 Graduação; Código: 311-03-00 Também foi observado a Resolução nº 279/83, do CONFEA, que discrimina as atividades profissionais do Engenheiro de Pesca e, a Decisão Plenária PL-1333/2015. DECIDIU: **1) Pela concessão do cadastramento do curso de Engenharia de Pesca da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"/UNESP - Campus Experimental Registro neste Conselho (Código: 311-03-00 da Tabela de Títulos Profissionais do CONFEA - Anexo da Resolução 473/02). 2) Por conceder aos formados nos anos letivos de 2017/2 e 2018/1 no Curso de Engenharia de Pesca da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP – Campus Experimental Registro as atribuições previstas no art. 7º da Lei nº 5.194/66, para o desempenho das competências relacionadas no art. 1º da Resolução nº 279/83, do CONFEA, com o título profissional de Engenheiro de Pesca (311-03-00) da Tabela de Títulos do CONFEA - Anexo da Resolução 473/02.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Agr. Antonio Celso Facco, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Agr. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agr. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agr. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. Willian Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 12 de abril de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>552</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>61/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>C-830/1980 V3 e V4</b>
Interessado(a):	<b>Etec Frei Arnaldo Maria de Itaporanga</b>

EMENTA: Fixa as atribuições das turmas de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019 do curso Técnico em Agropecuária da Etec Frei Arnaldo Maria de Itaporanga.

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 22 de março de 2018, apreciando o processo **C-830/1980 V3 e V4** que trata da revisão anual de atribuições e é encaminhado à CEA pela UGI/São José do Rio Preto, para fixar/referendar atribuições aos formados em 2015 a 2019 do curso de Técnico em Agropecuária da Etec Frei Arnaldo Maria de Itaporanga. Considerando que as últimas atribuições concedidas pela Câmara Especializada de Agronomia para o curso em questão foram aquelas definidas através da Decisão CEA/SP nº 580/2014, da reunião de 06.11.2014, ou seja, “pelo referendo das atribuições já concedidas às turmas de 2014, em conformidade à Decisão CEA/SP nº 196/2014 de fls. 804, com o enquadramento do Título Profissional a ser concedido como Técnico em Agropecuária (cód. 313-05-00 da Resolução 473/2002 do CONFEA). Considerando a Lei 5.524/68 regulamentada pelo Decreto 90.922/85, alterado pelo Decreto 4.560/02. Considerando a Decisão CEA/SP nº 221/11, de 22 de setembro de 2011”, pela concessão das seguintes atribuições do Art. 3º - Art. 6º e Art. 7º. Considerando que a instituição de ensino informa que por meio do Ofício nº 019/2017, que houve alteração na matriz curricular do curso. Considerando as Matrizes curriculares 2013 – 2013 a 2015; 2014 – 2014 a 2016; 2015 – 2015 a 2017; 2016- 2016 a 2018; e 2017 – 2017 a 2019. Considerando a Comparação das grades curriculares elaborada pela analista, da qual destacamos: que a matriz curricular 2013 (2013 a 2015) tem os mesmos elementos e a carga horária total - 4.240 horas - da anteriormente apresentada (de 2012 a 2014, às fl. 811-V3); a matriz 2014 (2014 a 2016) demonstra a completa alteração na parte de formação profissional do curso, com a manutenção somente das disciplinas “Aplicativos Informatizados”; “Processamentos de Produtos Agropecuários”; “Levantamento e Representação Topográfica”; “Viveiricultura e Cultivo Protegido”; e “Planejamento e Desenvolvimento do TCC em Agropecuária”; a alteração na carga horária das disciplinas “Matemática”, de 318 para 353 horas, e “Biologia”, de 212 para 177 horas; e que a carga horária total do curso passa a ser de 4.172 horas; a matriz 2015 (2015 a 2017) tem os mesmos elementos curriculares e carga horária total – 4.172 horas da matriz 2014 a 2016, contudo, foram alteradas as nomenclaturas das disciplinas “Língua Portuguesa e Literatura” para “Língua Portuguesa, Literatura e Comunicação Profissional” e “Língua Estrangeira Moderna- Inglês” para “Língua Estrangeira Moderna-Inglês e “Comunicação Profissional”; a matriz 2016

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

tem os mesmos elementos curriculares da matriz 2015, contudo, novamente foram alteradas as cargas horárias das disciplinas “Matemática”, de 353 para 424 horas, e “Biologia”, de 177 para 212 horas, passando a carga horária total do curso, consequentemente, a ser de 4.278 horas; e a matriz 2017 tem os mesmos elementos curriculares da matriz 2016, contudo, com a alteração da carga horária da disciplina “Sanidade e Bem Estar Animal com Práticas de Pastagens e Animais Ruminantes”, de 106 para 71 horas, a carga horária total do curso passou a ser de 4.243 horas. Considerando os artigos 46 (alínea “d”) e 84 da Lei Federal nº 5.194/66. Considerando o artigo 11 da Resolução Nº 1.007/03. Considerando os artigos 3º, 4º, 5º e 6º da Resolução Nº 1073/16. Considerando os artigos 1º e 2º da Resolução Nº 1.057/14. Considerando o artigo 2º da Lei Nº 5.524/68. Considerando os artigos 3º, 6º e 7º do Decreto 90.922/85. Considerando que o título “Técnico em Agropecuária” consta na Tabela de Títulos Profissionais da Resolução 473/02 - código 313-05-00. Considerando que a instituição de ensino informou que houve alterações na grade curricular. Considerando a análise das alterações apresentadas; considerando a carga horária do curso. DECIDIU: **Por conceder aos formados nos anos letivos de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019 do curso de Técnico em Agropecuária da ETEC Frei Arnaldo Maria de Itaporanga as atribuições “do artigo 2º da Lei Nº 5.524/68 e dos artigos 3º, 6º e 7º do Decreto Nº 90.922/85, circunscritas ao âmbito dos respectivos limites de sua formação”, com o título profissional de “Técnico(a) em Agropecuária” (código 313-05-00 da Tabela de Títulos Profissionais do CONFEA - Anexo da Resolução 473/02).** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. Antonio Celso Facco, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. Willian Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 12 de abril de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>552</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>62/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>C-416/2016</b>
Interessado(a):	<b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - CAMPUS SOROCABA</b>

EMENTA: Fixa as atribuições das turmas de 2015/2 do Curso de Engenharia Agrônômica da Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba.

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 22 de março de 2018, apreciando o processo **C-416/2016** que trata da solicitação de fixação de atribuições aos egressos de 2015/2. Considerando que o processo foi encaminhado para referendar a fixação de atribuições aos egressos de 2016-1º semestre do curso em referência, tratando-se do pedido de cadastramento do curso. Considerando que a Câmara Especializada de Agronomia Decisão CEA/SP no 66/2017, aprova o cadastramento do Curso de Engenharia Agrônômica, da Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba, e conceder aos egressos de 2016 (primeira turma), as atribuições previstas no Decreto 23.196, de 12 de outubro de 1933, bem como as previstas no art. 7º da Lei no 5.194, de 24 de dezembro de 1966, para o desempenho das competências relacionadas no art. 5º da Resolução no 218, de 29 de junho de 1973, do CONFEA, com o título profissional de ENGENHEIRO(A) AGRÔNOMO(A) (código 311-02-00) da tabela de Títulos do CONFEA – Anexo da resolução 473/02.” Considerando que a UGI/Sorocaba novamente reencaminha o presente processo à CEA, agora para referendar a fixação das mesmas atribuições acima citadas, provisórias, para os egressos de 2015/2º semestre do curso, anexando o Histórico Escolar Oficial de um concluinte do curso, onde se verifica o início do curso no 1º semestre de 2009 e o término no 2º semestre de 2015, com colação de grau em 17/03/2016. Considerando a Instrução nº 2312, do CREA-SP - Dispõe sobre procedimentos para cadastramento de instituições de nível superior ou médio, bem como de seus respectivos cursos, no CREA-SP, da qual destacamos: o item 1. Considerando a Lei 5.194/66, da qual destacamos: os artigos 7º, 11, 46 alínea “d”. Considerando a Resolução Nº 1.007/03 do CONFEA, da qual destacamos: o artigo 11. Considerando a Resolução Nº 1.073/16 do CONFEA, da qual destacamos: os artigos 3º e 5º. Considerando a Resolução Nº 473/2002 do CONFEA, da qual destacamos: os artigos 1º, 2º, 5º Considerando o Decreto 23.196/33, do qual destacamos: o artigo 6º. DECIDIU: **Por conceder aos formados no ano letivo de 2015/2 no Curso de Engenharia Agrônômica da Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba as atribuições previstas no Decreto 23.196, de 12 de outubro de 1933, bem como as previstas no art. 7º da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, para o**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

**desempenho das competências relacionadas no art. 5º da Resolução nº 218, de 29 de junho de 1973, do CONFEA, com o título profissional de ENGENHEIRO(A) AGRÔNOMO (código 311 – 02 – 00) da Tabela de Títulos do CONFEA - Anexo da Resolução 473/02.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. Antonio Celso Facco, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. Willian Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 12 de abril de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>552</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>63/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>C-535/2017</b>
Interessado(a):	<b>UNIVERSIDADE DE SOROCABA - UNISO</b>

EMENTA: Cadastra o curso e fixa as atribuições das turmas de 2017/2 e 2018/2 do curso de curso de Agronomia da Universidade de Sorocaba - UNISO e da outras providências.

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 22 de março de 2018, apreciando o processo **C-535/2017** que trata do pedido de cadastramento e atribuições do curso de Engenharia Agrônômica da Universidade de Sorocaba – UNISO para análise e manifestação quanto ao exame de atribuições para os egressos de 2017-2 e 2018-2. Considerando que forma anexados os seguintes documentos: -Requerimento da UNISO para cadastramento e atribuições para primeira turma 01/02/2013 com previsão de termino para 22.12.2017 e início das turmas subsequentes em 2014, 2015, 2016 e 2017 e que houve alteração curricular a partir da turma de 01.02.2015; -Portaria n 691 de 28/5/12, de credenciamento da instituição; - Matriz curricular do curso, vigente a partir do 1º semestre de 2013 de onde destacamos a carga horária total de 4500 horas; - Documentos do curso, contendo perfil, matriz curricular e ementas; - Relação do corpo docente 2013/1 a 2016/2; - Formulários previstos na resolução no 1010, do CONFEA: A e B. Considerando que a UGI procedeu o cadastramento com registro provisório do curso para os formandos de 2017/2 e 2018/2 e as atribuições provisórias do artigo 5º da Resolução 218/73, do Confea, sem prejuízo das atribuições do Decreto Federal 23.196/33. Considerando o encaminhando o processo à Câmara Especializada de Agronomia para análise e julgamento quanto às atribuições a serem concedidas aos citados formandos. Considerando o despacho da coordenadoria da CEA em 12.09.2017 solicitando esclarecimentos ao item de finalidades do formulário B, o que foi corrigido e anexado pelo solicitante em 08.11.2017 com as devidas alterações no campo finalidades gerais. Considerando o Decreto 23.196/33, com destaque para o artigo 6º. Considerando a lei federal no 5194/66, no seu artigos 7º, 10, 11. Considerando a Resolução Nº 218/73, em seu artigo 5º. Considerando a resolução 1007/03 do CONFEA que dispõe sobre o registro de profissionais, aprova os modelos e registro para expedição de carteira de identidade profissional. Considerando a resolução 1073/16 do CONFEA que regulamenta a atribuição de títulos, atividades, competências e campos de atuação profissionais ao profissionais registrados no sistema confea/crea para efeito de fiscalização do exercício profissional. Considerando a Resolução 473/02, que institui Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea e dá outras providências, em especial os artigos 1º e 2º. Considerando a Decisão Plenária PL-1333/2015 do Confea, que revoga as Decisões Plenárias PL-0087/2004 e

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

PL-1570/2004 e dá outras providências, principalmente em relação à observação das cargas horárias estabelecidas pelos normativos do Ministério da Educação em vigor, observa-se que o curso está de acordo com o que determina a Resolução Nº 2, de 18 de junho 2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, em especial o artigo 2º inciso III. DECIDIU: **Pelo cadastramento do curso de Agronomia da Universidade de Sorocaba - UNISO, conceder o título profissional aos concluintes das duas primeiras turmas- 2017/2 e 2018/2, com as atribuições previstas no Decreto 23.196, de 12 de outubro de 1933, bem como as previstas no art. 7º da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, para o desempenho das competências relacionadas no art. 5º da Resolução nº 218, de 29 de junho de 1973, do CONFEA e atribuir aos profissionais formados nos anos de 2017 e 2018, o título profissional de Engenheiro(a) Agrônomo(a) (código 311-02-00) da Tabela de Títulos do CONFEA (Anexo da Resolução 473/02).** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glaucio Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. Antonio Celso Facco, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. Willian Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 12 de abril de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>552</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>64/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>C-47/2013 e V2</b>
Interessado(a):	<b>Etec JOSÉ COURY</b>

EMENTA: Fixa as atribuições das turmas de 2015/2, 2016/2, 2017/2 e 2018/2 do curso de Técnico em Agropecuária da Etec Dr. José Coury.

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 22 de março de 2018, apreciando o processo **C-47/2013 e V2** que trata da revisão anual de atribuições do curso de Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio da Etec Dr. José Coury para análise e fixação/referendo de atribuições aos egressos das turmas 2015/2, 2016/2, 2017/2 e 2018/2. Considerando que as últimas atribuições concedidas pela Câmara Especializada de Agronomia para o curso em questão foram aquelas definidas através da Decisão CEA/SP nº 264/2013, da reunião de 07/11/2013, ou seja, “1-) Pelo Cadastramento do Curso devendo o enquadramento do Título Profissional a ser concedido como Técnico em Agropecuária (cód. 313-05-00 da Resolução 473/2002 do CONFEA); 2) Considerando a Lei 5.524/68 regulamentada pelo Decreto 90.922/85, alterado pelo Decreto 4.560/02; Considerando a Decisão CEA/SP no. 221/11, de 22 de setembro de 2011”, pela concessão das atribuições às turmas de 2009-2 a 2014-2: Do Art. 3º - Os técnicos industriais e técnicos agrícolas de 2º grau, observado o disposto nos arts. 4º e 5º, poderão: I - conduzir a execução técnica dos trabalhos de sua especialidade; II - prestar assistência técnica no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas; III - orientar e coordenar a execução dos serviços de manutenção de equipamentos e instalações; IV - dar assistência técnica na compra, venda e utilização de produtos e equipamentos especializados; V - responsabilizar-se pela elaboração e execução de projetos compatíveis com a respectiva formação profissional. Do artigo 6º do Decreto 90.922/85 alterado pelo Decreto 4.560/02; Art. 6º - As atribuições dos técnicos agrícolas de 2º grau em suas diversas modalidades, para efeito do exercício profissional e da sua fiscalização, respeitados os limites de sua formação, consistem em: I - desempenhar cargos, funções ou empregos em atividades estatais, paraestatais e privadas; II - atuar em atividades de extensão, assistência técnica, associativismo e divulgação técnica; III - ministrar disciplinas técnicas de sua especialidade, constantes dos currículos do ensino de 1º e 2º graus, desde que possua formação específica, incluída a pedagógica, para o exercício do magistério nesses dois níveis de ensino; VI - prestar assistência técnica e assessoria no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas, ou nos trabalhos e vistorias, perícia, arbitramento e consultoria, exercendo, dentre outras, as seguintes tarefas: a) coleta de dados de natureza técnica; b) desenho de detalhes de construções rurais; e) manejo e regulação de máquinas e implementos agrícolas; f) execução e fiscalização dos procedimentos relativos ao preparo do

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

solo até à colheita, armazenamento, comercialização e industrialização dos produtos agropecuários. g) administração de propriedades rurais; comuns e melhoradas, bem como em serviços de drenagem e irrigação. VII - conduzir, executar e fiscalizar obra e serviço técnico, compatíveis com a respectiva formação profissional; IX - executar trabalhos de mensuração e controle de qualidade; XIII - administrar propriedades rurais em nível gerencial; XV - treinar e conduzir equipes de instalação, montagem e operação, reparo ou manutenção; XVI - treinar e conduzir equipes de execução de serviços e obras de sua modalidade; XXII - aplicar métodos e programas de reprodução animal e de melhoramento genético; XXVI - identificar e aplicar técnicas mercadológicas para distribuição e comercialização de produtos; XXXI - desempenhar outras atividades compatíveis com a sua formação profissional. § 1º Para efeito do disposto no inciso IV, fica estabelecido o valor máximo de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) por projeto. § 2º As atribuições estabelecidas no caput não obstem o livre exercício das atividades correspondentes nem constituem reserva de mercado. (NR). Do artigo 7º do Decreto 90.922/85: Art. 7º - Além das atribuições mencionadas neste Decreto, fica assegurado aos Técnicos Agrícolas de 2º grau o exercício de outras atribuições, desde que compatíveis com a sua formação curricular". Considerando que a instituição de ensino informou que houve alteração na grade curricular e apresenta as Matrizes curriculares 2013 – 2013 a 2015; 2014 – 2014 a 2016; 2015 – 2015 a 2017 e 2016- 2016 a 2018. Considerando a comparação das grades curriculares, elaboradas pela analista, da qual destacamos: • A matriz curricular 2013 (2013 a 2015) tem os mesmos elementos e a carga horária total - 4.169 horas - da anteriormente apresentada (de 2012 a 2014); • A matriz 2014 (2014 a 2016) demonstra a completa alteração na parte de formação profissional do curso, com a manutenção somente das disciplinas Aplicativos Informatizados; Processamentos de Produtos Agropecuários; Levantamento e Representação Topográfica; Viveiricultura e Cultivo Protegido; e Planejamento e Desenvolvimento do TCC em Agropecuária; a carga horária total passa a ser de 4.101 horas; • A matriz 2015 (2015 a 2017) tem os mesmos elementos curriculares e carga horária total – 4.101 horas da matriz 2014 a 2016, contudo, foram alteradas as nomenclaturas das disciplinas Língua Portuguesa e Literatura para Língua Portuguesa, Literatura e Comunicação Profissional e Língua Estrangeira Moderna-Inglês para Língua Estrangeira Moderna-Inglês e Comunicação Profissional; • A matriz 2016 tem os mesmos elementos curriculares da matriz 2015, contudo, foram alteradas as cargas horárias das disciplinas Matemática, de 353 para 424 horas, e Biologia, de 177 para 212 horas, passando a carga horária total do curso, consequentemente, a ser de 4.207 horas. Considerando que o processo foi encaminhado à CEA para fixação/referendo de atribuições aos egressos das turmas 2015/2, 2016/2, 2017/2 e 2018/2. Considerando o histórico da analista. Considerando os artigos 46, alínea "d" e 84 da Lei Federal nº 5.194/66. Considerando o artigo 11 da Resolução Nº 1.007/03. Considerando os artigos 3º, 4º, 5º e 6º da Resolução Nº 1073/16. Considerando os artigos 1º e 2º da Resolução Nº 1.057/14. Considerando o artigo 2º da Lei Nº 5.524/68. Considerando os artigos 3º, 6º e 7º do Decreto 90.922/85. Considerando que o título "Técnico em Agropecuária" consta na Tabela de Títulos Profissionais da Resolução 473/02 - código 313-05-00. Considerando que a instituição de ensino informou que houve alterações na grade curricular. Considerando a análise das alterações apresentadas; considerando a carga horária do curso. DECIDIU: **Por conceder aos formados nos anos letivos**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

de 2015/2, 2016/2, 2017/2 e 2018/2 do curso de Técnico em Agropecuária da ETEC Dr. José Coury as atribuições “do artigo 2º da Lei Nº 5.524/68 e dos artigos 3º, 6º e 7º do Decreto Nº 90.922/85, circunscritas ao âmbito dos respectivos limites de sua formação”, com o título profissional de “Técnico(a) em Agropecuária” (código 313-05-00 da Tabela de Títulos Profissionais do CONFEA - Anexo da Resolução 473/02. Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. Antonio Celso Facco, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. Willian Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 12 de abril de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

## DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA

Reunião Ordinária nº	<b>552</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>65/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>C-826/2017</b>
Interessado(a):	<b>CREA-SP</b>

EMENTA: Concede vista à Conselheira Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri

## DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 22 de março de 2018, apreciando o processo **C-826/2017** que trata de consulta da profissional Engenheira Florestal Aline Daniele Jacon, registrada no CREA SP sob o nº 5069959420 com as atribuições do artigo 10 da Resolução nº. 218/73 do Confea informa e solicita conforme segue: "Estou desenvolvendo um projeto de restauração florestal em uma ilha. A empresa está querendo que além do projeto executivo seja planejado um viveiro com irrigação. Sou engenheira florestal, mas não fiz disciplinas de irrigação, portanto não tenho atribuição técnica para isso. Minha dúvida é, eu posso dar orientações técnicas sobre irrigação em viveiro, mesmo não tendo atribuição e a art emitida foi de projeto executivo de restauração florestal? O viveiro será para crescimento e rustificação de 34 mil mudas, produzidas em 3 anos. Com esses números e descrições, essa atividade entra como atividades correlatas ao projeto de restauração florestal?". **DECIDIU: Conceder vistas à Conselheira Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. Antonio Celso Facco, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. Willian Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 12 de abril de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

## DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA

Reunião Ordinária nº	<b>552</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>66/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>C-1069/2016</b>
Interessado(a):	<b>COLÉGIO TÉCNICO UNAR</b>

EMENTA: Cadastra o curso e fixa as atribuições da turma de 2016/1 do curso de curso Técnico em Paisagismo do Colégio Técnico UNAR e da outras providências.

## DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 22 de março de 2018, apreciando o processo **C-1069/2016** que trata do pedido de cadastramento e fixação de atribuições aos formandos no ano letivo de 2016/1 (primeira turma) do Curso Técnico em Paisagismo. Considerando que a instituição de ensino encaminha a relação dos seguintes documentos: Requerimento da interessada solicitando o cadastramento do curso, no qual informa que a primeira turma se formará em 2016/1 e que não houve alteração na grade do curso, desde a sua criação; Portaria que instituiu o curso técnico; Publicação da autorização de funcionamento; Plano do curso; Matriz curricular; Disciplinas por módulos; Relação dos docentes e Formulário B, referente ao cadastro da instituição de ensino. Considerando que o processo foi encaminhando o processo à Câmara Especializada de Agronomia manifestação quanto ao cadastramento e fixar as atribuições aos concluintes da primeira turma: 2016. Considerando os artigos 46 (alínea “d”) e 84 da Lei Federal nº 5.194/66; considerando o artigo 11 da Resolução Nº 1.007/03; considerando os artigos 3º, 4º, 5º e 6º da Resolução Nº 1073/16; considerando os artigos 1º e 2º da Resolução Nº 1.057/14; considerando o artigo 2º da Lei Nº 5.524/68; considerando os artigos 3º, 6º e 7º do Decreto 90.922/85; e considerando que o título “Técnico em Paisagismo” consta na Tabela de Títulos Profissionais da Resolução 473/02 - código 313-27-00. DECIDIU: **Pelo cadastramento do curso Técnico em Paisagismo do Colégio Técnico Unar, Araras/SP e por conceder aos formandos no ano letivo de 2016/1 (primeira turma) as atribuições “do artigo 2º da Lei Nº 5.524/68 e dos artigos 3º, 6º e 7º do Decreto Nº 90.922/85, modificado pelo Decreto nº 4.560/02, circunscritas ao âmbito dos respectivos limites de sua formação, com o título profissional de “Técnico(a) em Paisagismo” (código 313-27-00 da Tabela de Títulos Profissionais do CONFEA - Anexo da Resolução 473/02).** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. Antonio Celso Facco, Eng. Agr. José Renato Zanini,



Fls. Nº \_\_\_\_\_

## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. Willian Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 12 de abril de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

## DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA

Reunião Ordinária nº	<b>552</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>67/2018</b>
Referência:	
Interessado(a):	

**EMENTA:**

DECISÃO



Fls. Nº \_\_\_\_\_

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**



São Paulo, 12 de abril de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia



Fls. Nº \_\_\_\_\_

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

**DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>552</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>68/2018</b>
Referência:	[REDACTED]
Interessado(a):	[REDACTED]

**EMENTA:**

[REDACTED]

**DECISÃO**

[REDACTED]

São Paulo, 12 de abril de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>552</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>69/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>F-3606/2012 V2</b>
Interessado(a):	<b>KUT KO COMÉRCIO E BENEFÍCIO DE CEREAIS LTDA</b>

**EMENTA:** Defere a anotação do profissional Técnico em Agropecuária Ramont Miranda Albuquerque, como responsável técnico da empresa Kut Ko Comércio e benefício de cereais Ltda e dá outras providências.

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 22 de março de 2018, apreciando o processo **F-3606/2012 V2** que trata da 2ª anotação do profissional Técnico em Agropecuária Ramont Miranda Albuquerque, na empresa Kut Ko Comércio e Benefício de Cereais Ltda, em especial face a alteração do objeto social da empresa. Considerando que o presente processo foi encaminhado à Câmara Especializada de Agronomia sem qualquer despacho. Considerando que analisando o processo pode-se inferir que o mesmo foi encaminhado face a 2ª anotação do profissional Técnico em Agropecuária Ramont Miranda Albuquerque, na empresa Kut Ko Comércio e benefício de cereais Ltda, em especial face a alteração do objeto social da empresa conforme segue: De: "comércio e benefício de cereais em geral; Atividade secundária: fabricação de doces e derivados de amendoim e exploração da atividade agropecuária de plantio e colheita, em terras próprias ou de terceiros". Para: "Atividade principal: Comércio e benefício de cereais em geral e Atividade secundária: Fabricação de doces e derivados de amendoim; exploração da atividade agropecuária de plantio e colheita, em terras próprias ou de terceiros; armazenamento e depósito de produtos de terceiros; e fabricação de óleos vegetais refinados, exceto óleo de milho." Considerando que o referido profissional é responsável pela empresa interessada desde 04/09/2012, tendo seus contratos de prestação de serviço renovados até a presente data. Considerando a Lei Federal nº 5.194/66, em especial o art. 7º, 8º e 46 alénea "d". Considerando a Resolução Nº 336/89, do Confea, em especial os artigos 1º, 10, 12, 13, 18. Considerando o Decreto nº 90.922/85 que regulamenta a Lei nº 5.524/68, alterado pelo Decreto nº 4.560 de 30 de dezembro de 2002 do qual destacamos: artigos 6º e 7º. Considerando que o Profissional Técnico em Agropecuária Ramont Miranda Albuquerque é o Responsável Técnico pela empresa Kut Ko Comércio e Benefício de Cereais Ltda desde 04/09/2012. Considerando que o referido profissional já foi por outras vezes referendado por esse Conselho como Responsável Técnico pela empresa em questão. Considerando que em 29 janeiro de 2016 a empresa Kut Ko Comércio e Benefício de Cereais Ltda alterou seu Objeto Social para: "Comércio e Benefício de cereais em geral, além de Fabricação de doces e derivados de amendoim; exploração da atividade agropecuária de plantio e colheita, em terras próprias ou de terceiros; armazenamento e depósito de produtos de terceiros; e fabricação de óleos vegetais refinados.

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

exceto óleo de milho". Considerando que o Profissional Técnico Agropecuário Ramont Miranda Albuquerque continua sendo o Responsável Técnico pela empresa em questão. **DECIDIU: 1) pela aprovação do Profissional Técnico Agropecuário Ramont Miranda Albuquerque como Responsável Técnico pela empresa Kut Ko Comércio e Benefício de Cereais Ltda até o término de seu Contrato em 26/06/2019 e 2) Pelo encaminhamento do processo ao Plenário do CREA-SP, conforme preceitua o parágrafo único do artigo 18 da Resolução Nº 336/89 do CONFEA, por se tratar de dupla responsabilidade técnica.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glaucio Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. Antonio Celso Facco, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. Willian Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 12 de abril de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>552</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>70/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>F-13061/1997 V2</b>
Interessado(a):	<b>COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PROD. ALIMENTÍCIOS BAURU LTDA.</b>

**EMENTA:** Defere do cancelamento de registro da empresa Comércio e Indústria de Produtos Alimentícios Bauru Ltda., e dá outras providências.

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 22 de março de 2018, apreciando o processo **F-13061/1997 V2** que trata do pedido de cancelamento de registro no CREA-SP feito pela empresa Comércio e Indústria de Produtos Alimentícios Bauru Ltda. face a alteração de seu objeto social. Considerando que o presente processo foi encaminhado à Câmara Especializada de Engenharia Elétrica para julgar o pedido de cancelamento de registro no CREA-SP feito pela interessada face a alteração de seu objeto social. Considerando que em 25/05/2016 a interessada requereu o cancelamento do seu registro no CREA-SP, informando que alterou o seu objeto social para “fabricação de farinha de milho e derivados, exceto óleos de milho”. Considerando que foi anexado o comprovante de inscrição no Conselho Regional de Química – CRQ. Considerando a cópia do Certificado de Anotação de Responsabilidade Técnica perante o CRQ, no qual indica como profissional responsável o Engenheiro Químico Antonio Carlos da Silva. Considerando o documento encaminhado pela empresa contendo esclarecimentos da atividade da empresa, do qual destacamos a declaração de que a empresa: - “eminentemente, uma empacotadora de produtos alimentícios; seu “parque fabril” se resume a um moinho a disco para produção do fubá úmido que, após o processo de secagem em um forno rotativo, resulta na farinha de milho para consumo humano, sendo este o único item produzido, o qual é empacotado em embalagens de 500g”. - “atua como uma fracionadora de alimentos, comprando itens em embalagens macro e reembalando em porções menores, sem nenhuma alteração física”. “os produtos manuseados são farináceos em geral...” Considerando o Contrato social da empresa, da qual destacamos o objeto social: “O objetivo da sociedade é a fabricação de farinha de milho e derivados, exceto óleo de milho, Embalamento e Empacotamento”. Considerando o Cadastro Nacional de pessoa jurídica conta como atividade principal a “Fabricação de farinha de milho e derivados, exceto óleos de milho”. Considerando a informação quanto ao referendo do registro da empresa pela CEA em 05/11/1998. Considerando o Resumo da empresa, na qual se verifica que a empresa está em débito com as anuidades do CREA-SP de 2012, 2013, 2014 E 2015. Considerando as cópias do processo volume original. Considerando a Legislação Vigente: O artigo 7º; 8º, 59 e 60 da Lei 5.194/66, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo, e dá outras providências. Considerando a alteração do Objeto social da empresa,



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Considerando que a empresa está cadastrada no Conselho Regional de Química – CRQ. Considerando que empresa está em débito com as anuidades do CREA-SP de 2012, 2013, 2014 e 2015. DECIDIU: **Pela quitação das anuidades referentes aos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015. Pelo deferimento do cancelamento de registro da empresa Comércio e Indústria de Produtos Alimentícios Bauru Ltda.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Percin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. Antonio Celso Facco, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. Willian Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 12 de abril de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>552</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>71/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>F-95/2017</b>
Interessado(a):	<b>ROMULO CAMPOS LOPES DE SOUZA - ME</b>

EMENTA: Registra a Empresa Romulo Campos Lopes de Souza - ME, e anota o Responsável Técnico o Engenheiro Florestal Romulo Campos Lopes de Souza.

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 22 de março de 2018, apreciando o processo **F-95/2017** que trata requerimento do registro como empresário individual Eng. Ftal. Romulo Campos Lopes de Souza. Considerando que a Câmara Especializada de Engenharia de Agrimensura indeferiu a solicitação de registro. Considerando a informação elaborada pela Assistência técnica da Câmara Especializada de Engenharia de Agrimensura. Considerando suas atribuições profissionais, do art. 10 da Resolução nº 218/73 – Confea. e o objeto social da empresa individual. Considerando a cópia do documento registrado na JUCESP, que o empresário individual tem por objeto social: Atividades de produção de fotografias aéreas e submarinas, atividades técnicas relacionadas a engenharia e arquitetura, serviços de cartografia, topografia e geodésia e os serviços de engenharia. Considerando a declaração do empresário individual, quanto aos serviços a serem prestados, fazendo menção à Decisão PL-2087/2004 do Confea: CNAE 7119-7/01 – Serviços de cartografia, topografia e geodésia; CNAE 7119-7/99 – Atividades técnicas relacionadas à engenharia não especificadas anteriormente. Atividade 718: Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos e congêneres; CNAE 7420-0/02 – Atividades de produção de fotografias aéreas e submarinas. Atividade 1302: Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres; CNAE 7112-0/00 – 0/00 – Serviços de engenharia (somente os que cabem ao Engo. Ftal.) Atividade 703: Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia, elaboração de ante projetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia. Considerando a cópia reprográfica simples de seu Histórico Escolar do Curso de Graduação Engenharia Florestal, e das informações das disciplinas de Topografia Básica – LER0340 (2) e Topografia e Geoprocessamento II – LER04500 (1). Consta a Fls.19, informações de arquivo Resumo de Profissional em nome do interessado. Consta a Fls.20 a 21, informação e despacho da UGI-Botucatu.” Considerando a Decisão da CEEA/SP nº 25/2017 “pelo indeferimento do requerido pelo interessado, qual seja, o registro de sua firma individual.” Considerando que a empresa foi notificada da decisão da CEEA. Considerando que o profissional solicita que o processo seja encaminhado para apreciação da CEA. O processo foi encaminhado à Câmara Especializada de Agronomia, para análise e

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

posterior envio ao Plenário. Considerando a LEI 5.194/66, da qual destacamos: Art. 7º, 8º, 46 alínea “d”, 59 e 60. Considerando a resolução nº 336/89 do CONFEA, da qual destacamos: Art. 1º, 6º, 9º, 12, 13 e 18. Considerando a RESOLUÇÃO nº 218/73 do CONFEA, da qual destacamos: Art. 1º, 10. Considerando a Resolução Nº 3, de 2 de fevereiro de 2006, que institui as diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em engenharia florestal e dá outras providências, em especial: Art. 7º. DECIDIU: **1) pelo registro da Empresa Romulo Campos Lopes de Souza - ME, e pela anotação do Responsável Técnico o Engenheiro Florestal Romulo Campos Lopes de Souza. 2) Ao plenário do CREA SP.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. Antonio Celso Facco, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. Willian Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 12 de abril de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**

Creasp nº 5062367008

Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>552</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>72/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>F-22059/2003 V2</b>
Interessado(a):	<b>PLACIDO'S TRANSPORTE RODOVIÁRIO LTDA</b>

**EMENTA:** Indefere o pedido de cancelamento de registro da empresa Plácido's Transportes Rodoviária Ltda e da outras providências.

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 22 de março de 2018, apreciando o processo **F-22059/2003 V2** que trata do pedido de cancelamento de registro no CREASP da empresa Plácido's Transportes Rodoviária Ltda. Considerando os presentes autos se iniciam com a solicitação do interessado para o cancelamento de seu registro junto ao CREASP, alegando não possuir como objeto social a execução de obras ou serviços de engenharia, arquitetura ou agronomia, o que tornaria inexigível a manutenção de seu registro. Considerando o Relatório de Fiscalização de Empresa 43470801 realizado por diligência em 08/08/17, a cópia da última alteração e consolidação do contrato social da empresa, a existência de débitos de anuidades dos anos de 2015, 2016 e 2017, e a não indicação de responsável técnico. Considerando o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o identifica que a atividade econômica principal da empresa é: Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional (Código 49.30.2.02), e tendo como atividade secundária: Extração de madeiras em florestas plantadas (Código 02.10.1.07). Considerando o resumo da empresa, obtido junto ao CREANET, no qual se verifica que a empresa esta registrada neste Conselho desde 16/07/2008, com objetivo social de: transporte rodoviário de cargas intermunicipal, interestadual e internacional, podendo subsidiariamente dedicar-se à extração e comercio de minerais não metálicos, extração e comércio de madeiras e prestação de serviços para terceiros. Considerando a restrição de atividades, a empresa está registrada Exclusivamente para as atividades na área de engenharia florestal. Considerando que desde 16/07/2009 a interessada teve como seu responsável técnico o Engenheiro Florestal Arildo José Bobato, CREASP 5060866970, conforme resumo da empresa, tendo havido a solicitação de sua baixa como responsável técnico em 05/01/17. Considerando o indeferimento do pedido de cancelamento do registro da empresa, fundamentando que a exerce atividades de extração e comércio de minerais não metálicos, extração e comércio de madeiras e prestação de serviços para terceiros, sendo tais atividades reservadas à responsabilidade de profissional habilitado, no cumprimento da Lei Federal 5.194/66. Considerando que em defesa ao indeferimento de seu pedido de cancelamento do registro, reiterando o pedido de cancelamento de seu registro, alegando não possuir como objeto social a execução de obras ou serviços de engenharia, arquitetura ou agronomia, sendo inexigível o seu registro. Considerando que a UGI-Itapeva informou ao interessado que o indeferimento do pedido de cancelamento de registro neste conselho foi devido a que a empresa mantinha como seu objetivo social atividades técnicas afetas à fiscalização deste Conselho, com a

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

anuidade de 2015 ainda devida e situação irregular do responsável técnico Arildo José Bobato. Considerando que em formulário de Registro de Alteração de Empresa, preenchido pelo Sr. Luiz Rogério de Plácido, sócio proprietário da empresa, datado em 05/01/2017, protocolado sob nº 1907, é solicitada a baixa do responsável técnico Arildo José Bobato, da empresa Plácido's Transportes Rodoviários Ltda. Considerando o deferimento da solicitação, foi dada a baixa de responsabilidade técnica do profissional citado. Considerado o Resumo de Empresa no qual verifica-se que a mesma estava sem responsável técnico. Considerando que a empresa foi notificada para apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, a indicação de responsável técnico para responder pela atividade técnica constante em seu objetivo social, nos termos da Lei Nº5.194/66. Considerando a contranotificação da empresa ao CREA SP, informando que desde 2014 já havia solicitado o cancelamento do seu registro junto a este Conselho, uma vez não possuindo como objeto social a execução de obras ou serviços de engenharia, arquitetura ou agronomia, sendo inexigível seu registro prescrito na Lei Nº5.194/66. Considerando que a interessada está sem responsável técnico, em débito com as anuidades referentes aos anos de 2015 e 2016, mantendo em seu registro social o objetivo de transporte rodoviário intermunicipal, interestadual e internacional, podendo subsidiariamente dedicar-se à extração e comércio de minerais não metálicos, extração e comércio de madeiras e prestação de serviços para terceiros. Considerando o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, emitido em 08/06/17, da empresa Plácido's Transportes Rodoviários Ltda, descreve como atividade econômica secundária da referida empresa: Extração de madeiras em florestas plantadas (código 02.10.1.07), Cultivo de Eucalipto (código 02.10.1.01) e Atividades de apoio à produção florestal (código 02.30.8.00). Considerando a Ficha Cadastral, emitida em 06/06/2017, junto a JUCESP, referente à citada empresa, informa a alteração da atividade econômica/objetivo social da sede para cultivo de eucalipto, extração de madeira em florestas plantadas, atividades de apoio à produção florestal, comércio atacadista de madeira e produtos derivados, transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional. Datada de 20/10/2016. Considerando o Relatório de Fiscalização de Empresa que identifica o objetivo social da empresa como sendo de "exploração de atividades agropecuárias, como o cultivo de florestas em terras próprias ou de terceiros; a industrialização, beneficiamento e comercialização de madeiras próprias ou de terceiros e seus subprodutos, comércio e intermediação na venda de madeiras, transporte rodoviário de cargas intermunicipal, interestadual e internacional de madeira e outras cargas, extração e comércio de minerais não metálicos e a prestação de serviços para terceiros." Como principais atividades desenvolvidas: "transporte de madeira, plantio próprio de pinus e eucalipto e a colheita de madeira". Considerando que no referido relatório de fiscalização é citado como do quadro técnico da referida empresa, a Engenheira Florestal Arielli Caroline de Plácido, CREASP 506373373. Considerando a cópia da última alteração do contrato social, anexada a estes autos. Considerando a alteração contratual nº 13. Na observação desse contrato social, destaca-se em seu objeto social: "A sociedade tem por objeto social a Exploração de Atividades Agropecuárias, como Cultivo de Florestas em terras próprias ou de terceiros; a Industrialização, Beneficiamento e Comercialização de Madeiras próprias ou de terceiros e seus subprodutos, Comércio e Intermediação na venda de madeiras; Transporte rodoviário de Cargas Intermunicipal, Interestadual e Internacional de Madeiras e outras Cargas; Extração e Comércio de Minerais não Metálicos e a Prestação de Serviços para Terceiros." Considerando que a empresa PLACIDO'S TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA: desde seu registro em 1993, mesmo com diversas alterações do contrato social, tem executado atividades classificadas nos códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

CNAE: 02.10.1.07 - Extração de madeiras em florestas plantadas; 02.10.1.01 – Cultivo de Eucalipto, e 02.30.8.00 - Atividades de apoio à produção florestal. Considerando que a atividade da empresa, ainda que secundária, pertence à atividade de Agricultura e Produção Vegetal. Considerando que no site da interessada, em <http://www.placidos.com.br/silvicultura.html>, são apresentados como atividades os serviços prestados nas áreas de: plantio, mudas, fertilização, controle de pragas, meio ambiente, produção de madeira e treinamentos. Considerando que o indeferimento do pedido de cancelamento se deu pela verificação de que a interessada mantinha atividades técnicas afetas à fiscalização pelo sistema CONFEA/CREA, e ainda possuindo débito de anuidades. Considerando que pelas informações contidas nos autos que a interessada se encontra em situação irregular quanto à indicação de responsável técnico, além de anuidades devidas. Considerando a Lei Federal Nº 5.194/66, que estabelece em seu: Art.59, 60, 61, 66, 67. Considerando a Resolução Nº 218/73, em seus Artigos 1º e 10. DECIDIU: **1) Pelo indeferimento do pedido de cancelamento de registro da empresa Plácido's Transportes Rodoviária Ltda; 2) Pela indicação de responsável técnico, na modalidade de Engenharia Florestal ou Engenharia Agrônoma e 3) Pela cobrança das anuidades devidas.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Agr. Antonio Celso Facco, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agr. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agr. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. Willian Alvarenga Portela. Com o voto contrário da Eng. Agr. Maria Angela de Castro Panzieri. Não havendo abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 12 de abril de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia





## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

## DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA

Reunião Ordinária nº	<b>552</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>73/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>F-395/2016</b>
Interessado(a):	<b>ROCHA IRRIGAÇÕES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA</b>

EMENTA: Referenda o registro da empresa Rocha Irrigações Industria e Comércio Ltda e anotação do profissional Engenheiro Agrônomo Claudemir Mouta como Responsável Técnico e da outras providências.

## DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 22 de março de 2018, apreciando o processo **F-395/2016** que trata da análise para referendo da anotação do responsável técnico Eng. Agr. Claudemir Mouta, contratado pela empresa Rocha Irrigações Industria e Comércio Ltda, destacou-se que a Empresa já está registrada, pela UGI, sem restrições. Considerando o objeto social da empresa, o horário de trabalho do responsável técnico, a cópia do contrato social, a cópia do cadastro social de pessoa jurídica, a declaração de ciência do profissional sobre suas atribuições, o resumo do profissional (CREANET) a copia do contrato de prestação de serviço, a ART do profissional, o Resumo da empresa (CREANET). Considerando a Lei nº 5.194/66, com destaque para os artigos 7º, 8º, 46 alínea “d”, 59 e 60 Considerando a Resolução nº 336/89, com destaque para os artigos: 1º, 6º, 8º, 9º, 12, 13 e 18. Considerando a Resolução nº 218/73, com destaque para os artigos 1º e 5º. Considerando o Decreto nº 23.196/33, em especial os artigos 6º e 7º. DECIDIU: **1) Pelo referendo do registro da Empresa Rocha Irrigações Industria e Comércio Ltda e anotação do profissional Engenheiro Agrônomo Claudemir Mouta como Responsável Técnico. 2) Pelo encaminhamento do processo ao Plenário do CREA-SP, conforme preceitua o parágrafo único do artigo 18 da Resolução Nº 336/89 do CONFEA, por se tratar de dupla responsabilidade técnica.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. Antonio Celso Facco, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valdemar Antonio



Fls. Nº \_\_\_\_\_

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Demétrio, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. Willian Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 12 de abril de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>552</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>74/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>F-2391/2010 V2</b>
Interessado(a):	<b>VANINI ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA -EPP</b>

EMENTA: Manter a cobrança das anuidades devidas, ou seja: dos anos de 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016 e dá outras providências.

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 22 de março de 2018, apreciando o processo **F-2391/2010 V2** que trata do julgamento do pedido de reconsideração quanto ao cancelamento das anuidades de 2011 a 2014 e a reativação de seu registro neste Conselho. Considerando que em 09/11/2015 a interessada requereu “o cancelamento das anuidades do período de 2011 a 2015, por motivo de paralização das atividades...”. Declaração simplificada da pessoa jurídica dos anos de 2012 a 2015. Considerando que o processo foi encaminhado à CEA para análise e parecer. Considerando a Decisão CEA/SP nº 239/2016, de 22/09/2016, “Considerando que a empresa interessada requereu cancelamento das anuidades de 2011 a 2015 por motivo de paralização das atividades, conforme Declaração Simplificada da Pessoa Jurídica - Inativa, não tendo efetuado também o pagamento da anuidade de 2016, justifica-se o cancelamento do registro da empresa no CREA.” Considerando a Declaração Simplificada da Pessoa Jurídica – Inativa - 2016. Considerando que em 28/07/2017 a empresa interessada foi notificada da concessão do cancelamento de registro pela CEA. Considerando que em 04/09/2017 o sr. Eduardo Vanini Pereira da Silva Tomou vista do processo. Considerando que em 04/09/2017 a empresa apresenta recurso pedindo a reconsideração da Câmara, sobre o decidido, pedindo a anulação das anuidades de 2011 a 2014 e requer a ativação imediata do registro. Considerando o Resumo da empresa interessada no CREAMET no qual se verifica que a empresa esta com registro inativo desde 13/10/2016 concedido a pedido da empresa. Considerando que o processo foi encaminhado à CEA para análise e manifestação quanto ao recurso apresentado pela interessada. Considerando o Resumo da empresa interessada no CREAMET, atualizado. Considerando a Lei 5.194/66, em especial, os artigos 7º; 8º; alínea “d” do 46; 59; 60 e 63. Considerando a Decisão CEA/SP nº 239/2016, de 22/09/2016. Considerando que o registro da empresa foi cancelado, uma vez que a mesma solicitou o cancelamento das anuidades por inatividade. Considerando o pedido de reconsideração protocolado pela empresa pedindo a anulação das anuidades de 2011 a 2014 e requerimento de ativação imediata do registro. DECIDIU: **1) Manter a cobrança das anuidades devidas, ou seja: dos anos de 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016, nos termos do art. 63 da Lei 5.194/66, que estabelece que as pessoas jurídicas registradas de conformidade com o que preceitua a Lei 5.194/66 são obrigadas ao pagamento de uma anuidade ao Conselho Regional a cuja jurisdição pertencerem e 2) Uma vez que o registro**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

**está cancelado, que a empresa, caso tenha interesse, reabilite o seu registro nos termos da legislação vigente.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Percin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. Antonio Celso Facco, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. Willian Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 12 de abril de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>552</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>75/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>F-503/2018</b>
Interessado(a):	<b>RR MAZZEO CIÊNCIAS NATURAIS - ME</b>

EMENTA: Referenda o registro da empresa RRMZZEO Ciências Naturais ME e anotação do profissional Eng. Ftal. Rogerio Romero Mazzeo.

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 22 de março de 2018, apreciando o processo **F-503/2018** que trata do processo do registro da empresa RRMZZEO Ciências Naturais ME com a anotação do profissional Eng. Ftal. Rogerio Romero Mazzeo, como seu responsável técnico. Considerando que o objeto social da interessada é: "Empresa de serviços florestais tais como: inventário florestal; consultoria técnica de administração florestal; avaliação de madeira; semeadura aérea de espécies florestais; controle de pragas florestais; repovoamento florestal, replantio de espécies florestais, inclusive em encostas, em margens de rios e de lagos; inspeção aérea de repovoamentos florestais; transporte de toras somente no local de derrubada das árvores; descarregamento da madeira; - a colheita de produtos florestais silvestres tais como: látex, babaçu, cera de carbaúba, castanha-do-pará, resinas e outros produtos provenientes de florestas nativas; o florestamento e o reflorestamento de florestas nativas; - o cultivo de espécies florestais madeiras: plantio, replantio, raleamento, transplante e conservação florestal; o abate árvores e de florestas plantadas; os viveiros florestais; - o cultivo de hortaliças, cogumelos e morangos; - produção que envolve o cultivo de organismos aquáticos (peixes, crustáceos, moluscos, plantas aquáticas e anfíbios); as atividades de campings (acampamentos); os serviços técnicos de engenharia, como a elaboração e gestão de projetos e os serviços de inspeção técnica, engenharia ambiental, a supervisão de obras, controle de materiais e serviços similares; a supervisão de contratos de execução de obras; a supervisão e gerenciamento de projetos; a vistoria, perícia técnica, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico de engenharia; - as atividades de pesquisa e desenvolvimento realizadas no âmbito das ciências da vida; - o serviço de preparo de documentos; o serviço de digitação de textos; os serviços de preenchimento de formulários; - as atividades de gestão, assessoria, consultoria, orientação e assistência prestados ao sistema e ao processo educacional em matérias de planejamento, organização, controle, finanças; as agências promotoras de integração universidade-empresa que visam incentivar a pesquisa científica e de inovação tecnológica e o ensino (cursos, treinamentos e seminários) voltado para o desenvolvimento empresarial; as atividades das fundações de apoio à pesquisas ligadas a universidades, exceto na área de saúde; - as instituições que oferecem cursos de educação profissional de nível básico, de duração variável, destinados a qualificar e requalificar os trabalhadores, independentemente da

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

escolaridade prévia; - as unidades centrais e regionais de órgãos voltados ao bem-estar social que têm a educação como atividade prioritária.” Considerando que a interessada requereu o registro no Conselho, indicando como responsável técnico o Eng. Ftal. Rogerio Romero Mazzeo. Considerando que o referido profissional possui atribuições “do artigo 10º da Resolução 218/73, do Confea.” é sócio, não há indicação do horário de trabalho; recolheu a ART 28027230180113760. Considerando que a UGI efetivou o registro da empresa RRMAZZEO Ciências Naturais ME com a anotação do profissional Eng. Ftal. Rogerio Romero Mazzeo, como seu responsável técnico, em 07/02/2018, e encaminhou o processo à Câmara Especializada Agronomia para análise e parecer quanto ao referendo ou não do profissional, tendo em vista o objeto social da empresa. Considerando o objeto social da interessada. Considerando as atribuições do profissional indicado como responsável técnico. Considerando os artigos 7º, 8º, 46 – alínea “d”, 59 e 60 da Lei 5.194/66. Considerando os artigos 6º, 8º, 9º, 12 e 13 da Resolução 336/89 do CONFEA. Considerando o Manual de fiscalização da CEA – 2008, fl. 32, que informa que em 07/08/97 a CEA decidiu que pode ser concedida a anotação de Responsável Técnico, mesmo sem constar o horário de trabalho do interessado, quando este for sócio da empresa e não estando anotado por outra empresa. **DECIDIU: Pelo referendo registro da empresa RR MAZZEO Ciências Naturais ME com a anotação do profissional Eng. Ftal. Rogerio Romero Mazzeo, como responsável técnico e restrição de atividades exclusivamente na área da Engenharia Florestal.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. Antonio Celso Facco, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. Willian Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 12 de abril de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>552</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>76/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>F-858/2013 V2</b>
Interessado(a):	<b>NOVA ASSESSORIA E GESTÃO AMBIENTAL LTDA - EPP</b>

EMENTA: Anota o profissional Eng. Agr. Moisés Vitório da Silva como Responsável Técnico pela empresa Nova Assessoria e Gestão Ambiental LTDA EPP e dá outras providências.

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 22 de março de 2018, apreciando o processo **F-858/2013 V2** que trata da análise quanto à anotação do responsável técnico Eng. Agr. Moisés Vitório da Silva, segunda responsabilidade técnica do profissional, contratado com prazo determinado pela empresa Nova Assessoria e Gestão Ambiental Ltda EPP. Considerando a baixa do profissional Engenheiro Agrônomo Paulo Messias de Mello, como responsável técnico da referida empresa. Considerando o requerimento de indicação de Responsável técnico Eng. Agr. Moisés Vitório da Silva o qual informa que o responsável técnico indicado trabalhará 1 hora semanal as quartas feiras das 13h às 14h. Considerando o Contrato de prestação de serviços, do qual se destaca a cláusula 7ª, referente a Carga horária, "Cláusula 7ª O CONTRATADO se obriga a trabalhar 1 (uma) hora semanal, sendo de livre acerto entre as partes tanto o dia da semana que compreende entre Segunda a Sexta feira quanto ao horário que compreende das 8:30 as 17:30." Considerando a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, emitida pelo profissional Eng. Agr. Moisés Vitório da Silva, para trabalhar 1 hora por semana na empresa. Considerando a Certidão de Registro Profissional e Quitação, a qual se verifica que o profissional está quite com as anuidades de 2011 a 2016. Considerando o Resumo da Empresa – CREAMET- no qual se verifica que a mesma está registrada desde 25/03/2013, e que a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do profissional Eng. Agr. Moisés Vitório da Silva, para o desempenho de cargo técnico, não foi realizada pela UGI. Considerando o Resumo da Empresa – CREAMET- no qual se verifica que o profissional, indicado como responsável técnico está registrado, com as atribuições do art. 5º da Resolução 218/73, do Confea e em dia com a anuidade do CREA SP. E, ainda, que já é responsável pela empresa Golden Soluções Integradas Ltda. Considerando o horário de trabalho do profissional Eng. Agr. Moisés Vitório da Silva, na empresa Golden Soluções Integradas Ltda é de segunda a quinta feira das 9h às 11h30 e sexta-feira das 9h às 11h. Considerando que a UGI encaminha e-mail com exigências para a empresa. Considerando que a empresa responde em especial quanto as atividades desenvolvidas por ela e o horário de trabalho do profissional indicado como Responsável Técnico. Considerando os documentos encaminhados pela empresa, para esclarecimento. Considerando que o processo foi encaminhado à Câmara Especializada de Agronomia para referendo da segunda anotação do

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

responsável técnico Eng. Agr. Moisés Vitório da Silva. Considerando o Resumo da Empresa – CREANET- no qual se verifica que a mesma está em debito com as anuidades de 2016 e 2017. Considerando a Lei nº 5.194/66, em especial os artigos: 7º 46. Alínea “d”, 59 e 60. Considerando a Resolução nº 336/89, do Confea, da qual destacamos: Art. 1º, 6º, 9º, 12, 13 e 18. Considerando a Resolução nº 218/73, do Confea, da qual destacamos os artigos: 1º e 5º. DECIDIU: **1) Pela anotação do profissional Eng. Agr. Moisés Vitório da Silva, segunda responsabilidade técnica, pela empresa Nova Assessoria e Gestão Ambiental LTDA EPP e 2) Pelo encaminhamento do processo ao Plenário do CREA-SP, conforme preceitua o parágrafo único do artigo 18 da Resolução Nº 336/89 do CONFEA, por se tratar de dupla responsabilidade técnica.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Percin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. Antonio Celso Facco, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. Willian Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 12 de abril de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>552</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>77/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>PR-217/2016</b>
Interessado(a):	<b>RICHARD CELSO AMATO MOREIRA</b>

EMENTA: Anota Curso de Especialização em Georreferenciamento de Imóveis Rurais – Lato Sensu nos assentamentos do profissional Eng. Agrônomo Richard Celso Amato Moreira e dá outras providências.

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 22 de março de 2018, apreciando o processo **PR-217/2016** que trata da solicitação do profissional Eng. Agrônomo Richard Celso Amato Moreira de anotação de Curso de Especialização em Georreferenciamento de Imóveis Rurais – Lato Sensu. Considerando a Cópia de Certificado de Pós-Graduação expedido em 22/10/2015 em nome do interessado/requerente pela Faculdade de Engenharia e Agrimensura de Pirassununga, registrado, em razão da conclusão do curso de Especialização em Georreferenciamento de Imóveis Rurais – “Lato Sensu”, contendo a relação das disciplinas do curso com respectivas cargas horárias, médias finais, situação de aprovação, docentes com respectivas titulações; período de realização do curso (19/12/2014 a 26/09/2015) correspondente à Turma 26, e título da monografia, com respectivo orientador. Considerando a Certidão do Crea-MS expedido ao interessado, com consignação de atribuições, entre outras, para a assunção de responsabilidade técnica dos serviços de determinação das coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais, georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, para efeito do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais – CNIR. Considerando a Taxa paga. Considerando as Informações de arquivo Resumo de Profissional em nome do interessado / requerente, regularmente registrado no Crea-SP, portador das atribuições do Decreto nº 23.196/33, do art. 7º da Lei nº 5.194/66, e do art. 5º da Resolução nº 218/73 – Confea. Considerando as Informações de arquivo Pesquisa de Atribuição de Curso – Outros Normativos, constando a apreciação e decisão da CEEA relativamente ao exame de atribuições da(s) turma(s) de 2015 – 1, não se verificando deliberação para as turmas seguintes. Considerando a informação e despacho da UOP-Mococa com encaminhamento às Câmaras Especializadas de Engenharia de Agrimensura, de Agronomia e ao Plenário do Crea-SP, para análise e parecer quanto ao requerido.” Considerando a Decisão da Câmara Especializada de Engenharia de Agrimensura - CEEA nº 135/2017 da reunião de 29/09/2017: “...1. Pelo deferimento da anotação do curso de especialização em Georreferenciamento de Imóveis Rurais no SIC do Engenheiro Agrônomo Richard Celso Amato Moreira; 2. Pelo indeferimento da emissão da Certidão de Inteiro Teor para fins de credenciamento no INCRA, por ser vedado ao Engenheiro Agrônomo realizar atividades de Georreferenciamento de Imóveis Rurais, em decorrência do artigo 25 da

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Resolução no 218/1973: “Nenhum profissional poderá desempenhar atividades além daquelas que lhe competem, pelas características de seu currículo escolar, consideradas em cada caso, apenas, as disciplinas que contribuem para a graduação profissional, salvo outras que lhe sejam acrescidas em curso de pós-graduação, na mesma modalidade”.. Considerando a Lei 5.194/66, em especial o Art. 10, 11 e 46 alínea “d”. Considerando o Artigo 25 da Resolução 218/73, do Confea. Considerando a Resolução nº 1007/2003, do Confea, em especial o Art. 45. Considerando a Resolução nº 1057/2014, da qual destacamos os artigos 1º e 2º. Considerando a Decisão PL- 2087/04. Considerando a PL-Nº 1347/2008, do Confea, que confere atribuições profissionais para atividades de georreferenciamento de imóveis rurais. Considerando a Decisão Plenária PL 0574/2010, que não acata a propositura da CCEEAGRI que trata de cadastramento dos cursos de georreferenciamento nos creas. “Determinar aos Ceas que não procedam análises dos cadastros dos cursos de Especializações em Georreferenciamento, relativos ao Sistema Confea/Creas, bem como as concessões de atribuições, aos egressos dos mencionados cursos, até que sejam concluídos os trabalhos da Matriz do Conhecimento”. Considerando que os cursos de georreferenciamento de que trata a Decisão nº PL-2087/2004, ainda em vigor, são oferecidos, na forma de pós-graduação, para profissionais graduados e, na forma de qualificação/aperfeiçoamento profissional, para os técnicos industriais e agrícolas. Considerando que as condições de oferta de cursos de pós-graduação de georreferenciamento, quanto aos conteúdos e à carga horária mínima de 360 horas, exigidos na Decisão nº PL-2087/2004 para atribuição de competências e atividades nessa área da Agrimensura aos profissionais graduados, atendem à Resolução CNE/CES nº 1, de 2007, do MEC, que trata da regularidade dos cursos de pós-graduação. Considerando que, à luz do § 2º do art.7º da Resolução CNE/CEB nº 4, de 1999, do MEC, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, que reza:“Poderão ser organizados cursos de especialização de nível técnico, vinculados à determinada qualificação ou habilitação profissional, para o atendimento de demandas específicas”. Considerando os conteúdos de georreferenciamento exigidos na Decisão nº PL-2087/2004 para atribuição de competências e atividades nessa área da Agrimensura aos profissionais técnicos industriais e agrícolas, atendem a esse normativo do MEC. Considerando que os cursos de georreferenciamento de que trata a Decisão nº PL-2087/2004, desde que regulares junto ao Sistema Educacional Brasileiro, são considerados apenas para a extensão das atribuições iniciais profissionais. Considerando que, dessa forma, não há como recomendar aos Creas, como propõe a CCEEAGRI, para cadastrarem os cursos de georreferenciamento, para fins de atribuição de competências e atividades nessa área da Agrimensura, somente após a conclusão da Matriz do Conhecimento. Considerando a Resolução nº 1/07 do Ministério da Educação – CNE/CES, da qual destacamos: Art. 1º. Considerando a RESOLUÇÃO Nº 1073/16 do Confea, com destaque para o Art. 1º, 7º e 14. Considerando que: a) O Engenheiro Agrônomo Richard Celso Amato Moreira, suplementou seus estudos na área em que está requerendo, com o Curso de Especialização em Georreferenciamento de Imóveis Rurais “Lato Sensu”, promovido pela Faculdade de Engenharia de Agrimensura de Pirassununga - SP, realizado no período de 19/12/2014 a 26/09/2015, obtendo Média Final 8,4. b) O Georreferenciamento de Imóveis Rurais é uma técnica que deve seguir os procedimentos e trâmites exigidos pelo SIGEF - Sistema de Gestão Fundiária, desenvolvido pelo INCRA/MDA

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

para gestão de informações fundiárias do meio rural brasileiro. Por ele são efetuadas a recepção, validação, organização, regularização e disponibilização das informações georreferenciadas de limites de imóveis rurais. O Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF) é uma ferramenta eletrônica desenvolvida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para subsidiar a governança fundiária do território nacional. Por ele são efetuadas a recepção, validação, organização, regularização e disponibilização das informações georreferenciadas de limites de imóveis rurais, públicos e privados. Por meio do SIGEF são realizadas a certificação de dados referentes a limites de imóveis rurais (§ 5º do art. 176 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973) e a gestão de contratos de serviços de georreferenciamento com a administração pública, compreendendo: 1. Credenciamento de profissional apto a requerer certificação; 2. Autenticidade de usuários do sistema com certificação digital, seguindo padrões da Infraestrutura de Chaves Públicas (ICP-Brasil); 3. Recepção de dados georreferenciados padronizados, via internet; 4. Validação rápida, impessoal, automatizada e precisa, de acordo com os parâmetros técnicos vigentes; 5. Geração automática de peças técnicas (planta e memorial descritivo), com a possibilidade de verificação de autenticidade online; 6. Gerência eletrônica de requerimentos relativos a parcelas: certificação, registro, desmembramento, remembramento, retificação e cancelamento; 7. Possibilidade de inclusão de informações atualizadas do registro de imóveis (matrícula e proprietário) via internet, permitindo a efetiva sincronização entre os dados cadastrais e registrais; 8. Gestão de contratos de serviços de georreferenciamento com a administração pública, com acesso para órgãos públicos, empresas, responsáveis técnicos e fiscais; 9. Pesquisa pública de parcelas certificadas, requerimentos e credenciados. c) O profissional em apreço é Engenheiro Agrônomo e deverá estar ciente e preparado para seguir os manuais e ditames do INCRA e as Normas da ABNT 13133 referentes aos “Serviços Topográficos” e 14166 “Rede de Referência Cadastral Municipal” e ser cômico de suas obrigações éticas com a sociedade e sabedor de que será fiscalizado pelo INCRA e pelo Sistema CONFEA / CREAs, do qual faz parte. Finalmente, com todo o respeito ao digno Conselheiro Relator da Câmara Especializada de Engenharia de Agrimensura a Fls. 25 ao evocar o Artigo 25 da Resolução 218, que diz: “Nenhum profissional poderá desempenhar atividades além daquelas que lhe competem, pelas características de seu currículo escolar, consideradas em cada caso, apenas, as disciplinas que contribuem para a graduação profissional, salvo outras que lhe sejam acrescidas em curso de pós-graduação, na mesma modalidade. Parágrafo único - Serão discriminadas no registro profissional as atividades constantes desta Resolução” para vetar o Engenheiro Agrônomo Richard Celso Amato Moreira para realizar atividades de Georreferenciamento de Imóveis Rurais, como se tais atividades fossem exclusividade da Engenharia de Agrimensura e Engenharia Cartográfica. **DECIDIU: Conceder ao Profissional Engenheiro Agrônomo Richard Celso Amato Moreira a anotação em carteira e expedição da Certidão de Inteiro Teor requerida, para que possa se cadastrar junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e atuar na área de Georreferenciamento de Imóveis Rurais, uma vez que realizou Curso de Especialização em Georreferenciamento de Imóveis Rurais – Lato Sensu, de 360 horas.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. Antonio Celso Facco, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. Willian Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 12 de abril de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>552</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>78/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>PR-13/2018</b>
Interessado(a):	<b>CLAUDIO TADEU GONÇALVES FERREIRA JUNIOR</b>

EMENTA: Anota nos assentamentos do profissional Eng. Agrônomo Claudio Tadeu Gonçalves Ferreira Junior, o curso de Licenciatura em Ciências Agrárias, da Universidade de São Paulo – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba – SP e dá outras providências.

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 22 de março de 2018, apreciando o processo **PR-13/2018** que trata do pedido de anotação de curso de Licenciatura em Ciências Agrárias pelo profissional Eng. Agrônomo Claudio Tadeu Gonçalves Ferreira Junior. Considerando que o interessado apresentou cópia do Diploma, datado de 17/01/2014, que lhe conferiu o Grau de Licenciado em Ciências Agrárias, realizado na Universidade de São Paulo – Escola de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba - SP. Considerando o requerimento de anotação do curso de licenciatura em Ciências Agrárias. Considerando que o interessado apresentou Cópia do diploma. Considerando a comprovação da veracidade do diploma. Considerando que o interessado encontra-se registrado no CREA-SP sob nº 5069284437, com o título de Engenheiro Agrônomo e com as atribuições do artigo 5º da Resolução 218/73, do Confea sem prejuízo das atribuições previstas no Decreto Federal 23.196/33. Considerando a Pesquisa referente ao registro da escola, curso e Atribuição no CREA-SP. Considerando que o processo foi encaminhado à Câmara Especializada de Agronomia para análise e parecer quanto à anotação do curso de licenciatura em Ciências Agrárias. Considerando a documentação constante do processo. Considerando o artigo 46 da Lei 5.194/66, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências. Considerando os artigos 10, 45 e 48 da Resolução Nº 1.007/03 do CONFEA, que dispõe sobre o registro de profissionais, aprova os modelos e os critérios para expedição de Carteira de Identidade Profissional e dá outras providências. Considerando o artigo 7º da Resolução Nº 1.073/16 do CONFEA, que regulamenta a atribuição de títulos, atividades, competências e campos de atuação profissionais aos profissionais registrados no Sistema Confea/Crea para efeito de fiscalização do exercício profissional no âmbito da Engenharia e da Agronomia. Considerando que o interessado possui atribuições das atividades do artigo 5º da Resolução 218/73, do Confea sem prejuízo das atribuições previstas no Decreto Federal 23.196/33. Considerando que o curso realizado foi Licenciatura em Ciências Agrárias que conferiu ao profissional o Grau de Licenciado em Ciências Agrárias. **DECIDIU: Pela anotação nos assentamentos do profissional Eng. Agrônomo Claudio Tadeu Gonçalves Ferreira Junior, o curso de Licenciatura em Ciências Agrárias, da Universidade de São Paulo – Escola Superior**





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

**de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba - SP, mantendo-se as atribuições já cadastradas.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. Antonio Celso Facco, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. Willian Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 12 de abril de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>552</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>79/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>PR-50/2018</b>
Interessado(a):	<b>JOAN APARECIDO SANTOS DE OLIVEIRA</b>

**EMENTA:** Determina diligenciar ao local de trabalho do profissional Técnico Florestal Joan Aparecido Santos de Oliveira para apurar as reais atividades desenvolvidas por ele no cargo de Técnico de Desenvolvimento Fundiário III e dá outras providências.

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 22 de março de 2018, apreciando o processo **PR-50/2018** que trata do pedido de interrupção do registro do Técnico Florestal Joan Aparecido Santos de Oliveira, portador do CREA-SP nº 5062803696. Considerando que o pedido foi protocolado na UGI/ Registro em 28 de novembro de 2017 sob o nº 70610, tendo como motivo de baixa do registro: “Não utilização por não trabalhar na área”. Considerando que no processo foi apresentado cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), no qual consta seu ingresso na Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” - ITESP desde 02/09/2002 no cargo de Técnico em Desenvolvimento Fundiário III, após ser admitido por meio de concurso público. Considerando que foi anexado também informações sobre o cadastro Crea-SP, onde foi verificado que não constam ARTs ativas em nome do interessado. Considerando que o profissional está com parcelamento das anuidades 2014 a 2016 e com debito anuidade de 2017. Considerando que consta no Plano de Empregos, carreiras e salários da Fundação ITESP. Considerando que dentre as atividades realizadas pelo Técnico em desenvolvimento fundiário, descritas no Edital do Concurso 01/2013 destaca-se: Executar trabalhos de campo nos cadastros urbano e rural, fotointerpretação e manipulação de material cartográfico, preenchimento de laudos de identificação fundiária (LIF), efetuar cálculo expedito de áreas trabalhadas por meio de figuras geométricas, elaborar croquis, aplicar escalas métricas numéricas, analisar e interpretar documentos cartoriais objetivando lançar elementos técnicos que constam dos mesmos em materiais cartográficos. Foi encaminhado pelo supervisor do profissional interessado o Plano de Trabalho, do qual destacamos: é requisito do cargo Técnico em desenvolvimento fundiário: a formação completa de nível médio ou técnica profissionalizante na área e, se o caso, registro no Conselho de Classe, nos termos previstos nas normativas internas. E como atribuições: executar, sob orientação, planos e projetos relacionados à regularização fundiária, pesquisando e aplicando princípios e técnicas relativos ao seu campo de atuação; colaborar nas análises, estudos e avaliações sobre assuntos fundiários, valendo-se de meios apropriados para localizar, demarcar, caracterizar e valorar os recursos fundiários de forma a possibilitar sua utilização nos projetos da Fundação; Executar outras atividades correlatas, na sua área de

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

atuação; Outras, inerentes ao emprego. Considerando Lei Federal nº 5.194/66, em especial seu Art. 7. Considerando a Resolução nº 1.007/03 do CONFEA, com destaque para o Artigo 30 no inciso II e Artigo 31 inciso I. Considerando o Decreto nº 90922/85, em especial seu Art. 6º. **DECIDIU: Por diligenciar ao local de trabalho do profissional Técnico Florestal Joan Aparecido Santos de Oliveira para apurar as reais atividades desenvolvidas por ele no cargo de Técnico de Desenvolvimento Fundiário III. Após a o atendimento do solicitado no item 1, restituir o processo a CEA para julgamento.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. Antonio Celso Facco, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. Willian Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 12 de abril de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>552</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>80/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>PR-646/2015</b>
Interessado(a):	<b>MICHELE LOPES YOSHIY</b>

EMENTA: Retifica da Decisão CEA nº 128/2016, retirando a citação da "Anotação em carteira do curso de pós Graduação" mantendo-se os outros elementos, pois as matérias cursadas pela Engenheira Agrônoma Michele Lopes Yoshiy, na sua Graduação, suprem plenamente os requisitos para receber a Certidão de inteiro Teor para exercer as atividades de Georreferenciamento de Imóveis Rurais e dá outras providências.

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 22 de março de 2018, apreciando o processo **PR-646/2015** que trata do pedido de revisão de Atribuições protocolizado pela Engenheira Agrônoma Michele Lopes Yoshiy, com o objetivo de poder assumir a responsabilidade técnica pela atividade de Georreferenciamento com base nas disciplinas cursadas em sua Graduação. Considerando que inicialmente o processo foi encaminhado à Câmara Especializada de Agronomia que considerando se tratar de Georreferenciamento, o direcionou à Câmara Especializada de Engenharia de Agrimensura, a qual, após análise, decidiu pelo indeferimento da revisão de atribuições relativa a Georreferenciamento de imóveis rurais (Decisão CEEA nº 84/2016). Considerando que o Processo retornou à CEA que em 21/07/2016, que decidiu pela anotação em Carteira do curso de pós graduação em Georreferenciamento de Imóveis Rurais e pela concessão da certidão requerida e o acréscimo das atribuições, implícito no requerimento da Engenheira Agrônoma Michele Lopes Yoshiy (Decisão da CEA nº 128/2016). Considerando o objetivo de evitar inconsistências futuras quanto a citação na Decisão da CEA, sobre o curso de Pós Graduação em Georreferenciamento, não cursado pela interessada, o Processo voltou à CEA para reanálise. Com os elementos apresentados neste processo, e em atendimento ao despacho a Fls. 38 verso, nosso parecer é que seja feita a retificação da Decisão CEA nº 128/2016 Fls. 34/37 retirando a citação da "Anotação em carteira do curso de pós Graduação" mantendo-se os outros elementos, pois as matérias cursadas pela Engenheira Agrônoma Michele Lopes Yoshiy, na sua Graduação, suprem plenamente os requisitos para receber a Certidão de inteiro Teor para exercer as atividades de Georreferenciamento de Imóveis Rurais. **DECIDIU: 1) que seja feita a retificação da Decisão CEA nº 128/2016 Fls. 34/37 retirando a citação da "Anotação em carteira do curso de pós Graduação" mantendo-se os outros elementos, pois as matérias cursadas pela Engenheira Agrônoma Michele Lopes Yoshiy, na sua Graduação, suprem plenamente os requisitos para receber a Certidão de inteiro Teor para exercer as atividades de Georreferenciamento de Imóveis Rurais e 2) Pelo encaminhamento do**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

**processo ao Plenário do CREA-SP.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. Antonio Celso Facco, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. Willian Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 12 de abril de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>552</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>81/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>SF-1963/2017</b>
Interessado(a):	<b>DIRCEU FERREIRA BOLDAN</b>

**EMENTA: Determina a apuração mais acurada aos locais mencionados nas ART's**

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 22 de março de 2018, apreciando o processo **SF-1963/2017** que trata de solicitação de análise a manifestação se os trabalhos desenvolvidos pelo profissional Técnico em Agropecuária Dirceu Ferreira Boldan estão dentro de suas atribuições, destacando que o profissional tem anotado curso de Especialização de Georreferenciamento de Imóveis Rurais. Considerando que o presente processo foi iniciado em 09.10.2017 pela UGI/Araçatuba, com a juntada de cópias das ARTs recolhidas pelo interessado em 2017. Considerando que as atividades descritas nas ART são: Atividade Técnica: Execução: Desenho Técnico, Desmembramento de Lote (finalidade cadastral); Execução: Levantamento, Georreferenciamento (finalidade: cadastral); Elaboração: Desenho Técnico, Desmembramento de Lote (finalidade cadastral); Execução: Certificação, Georreferenciamento ao Sistema Geodésico Brasileiro (finalidade: cadastral); Execução: Desenho Técnico, Levantamento Topográfico (finalidade: cadastral). Considerando que a UGI procedeu à juntada, das informações de cadastro do Crea-SP, nas quais se verifica que o interessado está registrado como TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA, desde 22.08.2003, com atribuições do artigo 3º da Res. 262/79, do CONFEA, circunscritas ao âmbito da respectiva modalidade; está quite com anuidades até 2017; não possui responsabilidades técnicas ativas; e tem anotado o curso de Especialização para Técnico de "Formação Continuada em Georreferenciamento de Imóveis Rurais". Considerando que em 10.10.2017 a UGI/Araçatuba informa o levantamento de ARTs em serviço rotineiro de conferência, que há serviços que abrangem "Desmembramento de Lotes Urbanos" e encaminha o presente processo à CEA, para análise e manifestação se os trabalhos desenvolvidos pelo interessado estão dentro de suas atribuições, destacando o curso de Especialização para Técnico na área de Georreferenciamento. Considerando a Lei 5.194/66 em especial os artigos 45 e 46. Considerando a Resolução Nº 262/79, em especial os artigos: 1º e 3º. Considerando a RESOLUÇÃO Nº 1.057/14, DO CONFEA, em especial o Art. 1º e 2º. Considerando a DECISÃO PL - 2087/04 do Confea. Considerando DECISÃO PL - 1347/08, DO CONFEA. DECIDIU: **Pela apuração mais acurada aos locais mencionados nas ART's, com retorno a esta Câmara Especializada de Agronomia.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Percin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. Antonio Celso Facco, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. Willian Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 12 de abril de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>552</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>82/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>SF-2774/2016</b>
Interessado(a):	<b>RODOLFO ITOSHI EMORI</b>

EMENTA: Solicita que a fiscalização da UGI/Araçatuba averigue se o interessado fez algum curso extra de Topografia de Georreferenciamento, que lhe daria a atribuição técnica para a elaboração dos serviços relacionados nas ARTs emitidas por ele e dá outras providências.

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 22 de março de 2018, apreciando o processo **SF-2774/2016** que trata de denúncia On-Line, anônima, contendo solicitação de verificação por parte do CREA se o técnico em agropecuária Rodolfo Itoshi Emori está exorbitando em suas atribuições profissionais. Considerando as informações de cadastro do CREA-SP, na qual se verifica que o interessado está registrado como Técnico em Agropecuária, desde 17/07/2009, com atribuições do artigo 3 da Res. 262/79, do CONFEA, circunscritas ao âmbito da respectiva modalidade; está quite com a anuidade até 2016 e não possui responsabilidade técnica ativa. Considerando as Cópias das ARTs recolhidas pelo interessado de 15/02/2016 a 25/10/2016, sendo: Elaboração: laudo de caracterização de meio físico (finalidade ambiental); Execução: Desenho técnico; Levantamento Topográfico, planialtimétrico (finalidade residencial ou rural); Elaboração: Levantamento Topográfico; planialtimétrico (finalidade residencia); Elaboração: Levantamento Topográfico; cadastral (finalidade residencial); Elaboração: Desenho técnico; Levantamento Topográfico; cadastral (finalidade rural e residencial); Elaboração: Mensuração; Levantamento topográfico; cadastral (finalidade rural); Elaboração: Laudo; mapeamento (finalidade ambiental). Considerando que o foi encaminhado à CEA, para que proceda a análise e manifestação se o interessado executou serviços estranhos às suas atribuições, infringindo assim a alínea "b" do artigo 6º da Lei Federal nº 5.194/66. Considerando a Lei Federal nº 5.194/66, da qual destacamos: Art. 6º, 45, 46 e 59. Considerando a Resolução CONFEA nº 262/79, da qual destacamos: Art. 1º, 3º e 4º. Considerando a Instrução nº 2559/13 do CREA-SP, da qual destacamos o Art. 1º, 2º, 4º, 5º, 8º, 9º, 11, 12 e 13. Considerando o despacho que encaminha o processo à Câmara Especializada de Agronomia - CEA, para análise e manifestação se o interessado executou serviços estranhos às suas atribuições, infringindo assim a alínea "b" do artigo 6º da Lei Federal nº 5.194/66. Considerando as ARTs recolhidas pelo interessado e apresentadas às fls. 03 a 17 do presente processo. Considerando que as ARTs apresentadas referem-se a Levantamento Topográfico de Imóveis Urbanos. Considerando que no processo não consta se ele fez algum curso extra de Topografia de Georreferenciamento, ou ainda se há alguma Certidão de Acervo Técnico nesses serviços. DECIDIU: **1) Solicitar que a fiscalização da**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

**UGI/Araçatuba averigue se o interessado fez algum curso extra de Topografia de Georreferenciamento, que lhe daria a atribuição técnica para a elaboração dos serviços relacionados nas ARTs emitidas por ele. 2) Após a averiguação solicitada, retorne o Processo a CEA para continuidade da análise e complementação do relato.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. Antonio Celso Facco, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. Willian Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 12 de abril de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>552</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>83/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>SF-2166/2016</b>
Interessado(a):	<b>GERMANO RAFAEL BILOTTA MARIUTTI</b>

EMENTA: Declara a prescrição do processo nos termos do artigo 1º da Lei 9873/99.

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 22 de março de 2018, apreciando o processo **SF-2166/2016** que trata de processo iniciado em maio de 2010, em razão do acidente ocorrido em 06/05/10, que vitimou um funcionário da empresa AVF-RP Manutenção de Equipamentos Mecânicos Ltda, que foi prensado entre o equipamento e a estrutura em construção, durante o procedimento de manutenção do elevador de obra. Considerando que o procedimento possui histórico detalhado. Considerando que constam no processo: 1) Decisão nº 164/2016 da CEEST, de 21/07/2016, "A) Pela abertura de processo específico com encaminhamento à Câmara Especializada de Agronomia, levando a sugestão de verificação da autuação do profissional Eng. Agr. e Seg. Trab. Germano Rafael Bilotta Mariutti por infração à alínea "b" do artigo 6º da Lei Federal 5.194/66, por elaborar PCMAT da obra em questão, sem encontrar-se habilitado como engenheiro de segurança à época dos serviços realizados; B) Pela abertura de processo específico com encaminhamento à Câmara Especializada de Agronomia, levando a sugestão de verificação da autuação do profissional Eng. Agr. e Seg. Trab. Germano Rafael Bilotta Mariutti por infração à alínea "b" do artigo 6º da Lei Federal 5.194/66, por elaborar PPRA da obra em questão, sem encontrar-se habilitado como engenheiro de segurança à época dos serviços realizados; C) Pela abertura de processo próprio visando anular as ARTs de nº 92221220101444827 e 92221220101439348; e D) Após as providências administrativas na UGI, pela transformação do presente em processo de apuração de falta ética em nome do profissional Eng. Agr. e Seg. Trab. Germano Rafael Bilotta Mariutti, por haver indícios de infração de natureza ética quando o profissional aceita trabalho para o qual não possui a efetiva qualificação (alínea "a" inciso II do artigo 10), e descuida com as medidas de segurança em trabalhos sob sua coordenação (alínea "e" inciso III do artigo 10)." Considerando o Resumo de Profissional extraído do CREAMET, no qual se verifica que o mesmo possui registro neste Conselho profissional como Engenheiro Agrônomo com data de registro em 07/01/1971 e como Engenheiro de Segurança do Trabalho com data de registro em 02/01/2014. Considerando o encaminhamento do processo à CEA, em 21/09/2016, para análise da atuação do profissional Eng. Agr. e Seg. Trab. Germano Rafael Bilotta Mariutti. Considerando o que estabelece: a Lei 5.194/66 em seus Arts. 45º e 46º; alínea "d" e Art. 55º; a Lei 6.496/77, Art. 1º, Art. 2º, parágrafos 1º e 2º e Art. 3º; a Lei 9.873/99, Art. 1º, parágrafos 1º e 2º e Art. 2º; incisos I, II e III; a Resolução nº 1.002/02 do CONFEA, Art. 1º,

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Art. 2º, Art. 3º e Art. 10º, inciso II, alínea "a" e inciso III, alínea "e"; a Resolução nº 1.008/04 do CONFEA, Art. 1º, Art. 5º, incisos III, IV, V, VI, VII e VIII, Art. 6º, incisos I a VIII, Art. 9º e Art. 10º; a Resolução nº 1.025/09 do CONFEA, Art. 2º, Art. 4º, parágrafo 1º e Art. 5º; a PL-84/07; Considerando que o acidente de trabalho vitimando fatalmente o funcionário encarregado pela manutenção do elevador ocorreu no dia 06/05/2010. Considerando os documentos anexados à presente peça, que corroboram as manifestações do Conselheiro Relator da CEEST/SP e reiteradas pela Decisão nº 164/2016 da CEEST/SP em sua Reunião Ordinária nº 94 de 04 de agosto de 2016. Considerando que o PCMAT (Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria de Construção) foi realizado em 20/05/2010, portanto, data posterior ao acidente, que ocorreu em 06/05/2010, apresentando-se o Eng. Agr. e Seg. Trab. Germano Rafael Bilotta Mariutti como responsável técnico e subscritor do instrumento, registrando ART em 21/05/2010 e que os sistemas CREA/SP apontam para o fato de que o profissional encontra-se habilitado como engenheiro de segurança do trabalho com atribuições do artigo 4º da Resolução 359/91 do CONFEA somente a partir de 02/01/14, infringindo o que estabelece a Lei 5.194/66 em seu Art. 6º, alínea "b". Considerando que não foram apresentadas as ordens de serviço ou comprovantes de que o funcionário vitimado teve o treinamento de segurança adequado. Considerando que nada se observa nos documentos apresentados sobre os motivos do PCMAT não conter medidas específicas aos trabalhadores que realizam manutenção em elevadores. Considerando que não foi localizado registro em nome da Empresa Multiclínica Saúde Segurança e Medicina do Trabalho S/S LTDA (que coordenou a elaboração do PCMAT) e, embora não haja informação no presente, foi localizado no sistema Sipro do CREA/SP o processo SF-2.128/15 de apuração, iniciado em nome da empresa. Considerando que o PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) teve sua ART registrada em 20/05/10 pelo profissional Eng. Agr. e Seg. Trab. Germano Rafael Bilotta Mariutti, data posterior ao acidente e que os registros no CREA/SP apontam para o fato de que o profissional Eng. Agr. e Seg. Trab. Germano Rafael Bilotta Mariutti encontra-se habilitado como engenheiro de segurança do trabalho com atribuições do artigo 4º da Resolução 359/91 do CONFEA somente a partir de 02/01/14, infringindo o que estabelece a Lei 5.194/66 em seu Art. 6º, alínea "b". Considerando que o profissional questionado também aduz que as responsabilidades de segurança relacionadas à manutenção do elevador deveriam constar no PPRA, que ele mesmo teria elaborado, conforme atesta a ART registrada tardiamente, e OBJETIVOS do PCMAT; portanto, caberia verificação de natureza ética quando o profissional aceita trabalho para o qual não possui a efetiva qualificação (alínea "a" inciso II do artigo 10º), e descuida com as medidas de segurança em trabalhos sob sua coordenação (alínea "e" inciso III do artigo 10º). Considerando a Lei 9873/99, que estabelece prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá outras providências, da qual destacamos o artigo 1º. Considerando que os fatos ocorreram em maio de 2010, fatos apurados no processo SF 915/2010 original e V2. **DECIDIU: Por declarar a prescrição do processo nos termos do artigo 1º da Lei 9873/99.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia



Fls. Nº \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. Antonio Celso Facco, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. Willian Alvarenga Portela. Com a abstenção do Meteorol. Ricardo Hallak. Não havendo votos contrários.-----

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 12 de abril de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

## DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA

Reunião Ordinária nº	<b>552</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>84/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>SF-492/2016</b>
Interessado(a):	<b>LOUIS DREYFUS COMMODITIES AGROINDUSTRIAL S.A.</b>

EMENTA: Concede vista ao Conselheiro Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes

## DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 22 de março de 2018, apreciando o processo **SF-492/2016** que trata de solicitação de análise quanto a necessidade de registro da filial da empresa em Santos – SP. DECIDIU: **Concede vista ao Conselheiro Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. Antonio Celso Facco, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. Willian Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 12 de abril de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>552</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>85/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>SF-547/2012</b>
Interessado(a):	<b>CREA-SP</b>

**EMENTA:** Notificar a Prefeitura Municipal de Guaratinguetá para que faça a reparação no salário da Eng. Agr. Melissa Bizareli Miranda e dá outras providências.

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 22 de março de 2018, apreciando o processo **SF-547/2012** que trata de denúncia realizada pelo Sr. Fernando, contra a Prefeitura Municipal de Guaratinguetá, através de denúncia on line protocolada sob nº 116.214, em 22/07/2011, que não estaria cumprindo o estabelecido na Lei nº 4.950-A, de 22/04/1966, que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária, conforme Edital de Concurso Público nº 001, de 17 de março de 2011. Considerando que foi sugerido, pelo Gerente do Departamento de Registro, que se fizesse uma diligência à PM de Guaratinguetá visando atualizar as informações e saber se o concurso fora levado a efeito e, na hipótese positiva, apurar o regime de contratação. Considerando que foram anexados ao processo cópia do Edital referente ao Concurso Público destinado a selecionar candidatos para provimento de cargos do Quadro Permanente de Serviços da Prefeitura, discriminando o salário de R\$ 978,61 para os cargos de Engenheiro, Engenheiro Agrônomo, Engenheiro Ambiental e Engenheiro Florestal. Considerando que a fiscalização, através de consulta ao site da Prefeitura (relatório apresentado em 12/04/2012) verificou a existência do Edital de Homologação do resultado do Concurso Público, datado de 10 de agosto de 2011, onde foram oferecidas 4 vagas para engenheiros (1 Civil, 1 Agrônomo, 1 Ambiental e 1 Florestal), com jornada de trabalho de 44 horas semanais e salário mensal de R\$ 978,61, onde constam os nomes dos 4 engenheiros selecionados. Considerando o regime de contratação Celetista foi obtido através de consulta feita pela fiscalização junto ao Departamento Pessoal da Prefeitura Municipal. Considerando que em ofício datado de 30/05/2012, a UGI de Taubaté solicitou à Prefeitura o envio de documentação comprobatória de que todos os profissionais da engenharia recebessem salário compatível com o estipulado pela Lei Federal 4.950-A. Considerando que a Prefeitura não atendeu ao ofício encaminhado, o processo foi levado à Câmara Especializada de Agronomia para análise e parecer, em agosto de 2012. Considerando que somente em abril de 2013 o mesmo foi encaminhado para a CEA e Relator, pelo assistente técnico DAP/SUPCOL Eng. Agr. Luiz Arnaud Britto de Castro. Considerando que em abril de 2014, a relatora do processo, Eng. Agr. Francisca Ramos de Queiroz, em seu voto, devido à passagem de tempo, desde a publicação do edital e da apresentação da denúncia, solicitou a volta do processo à UGI de



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Taubaté para obter a atualização dos valores pagos aos profissionais que atuam na área de jurisdição do CREA-SP naquela Prefeitura, solicitação aprovada pela Câmara Especializada de Agronomia (Decisão CEA/SP nº 457/2014). Considerando que baseada na Decisão da CEA, a Prefeitura foi notificada em maio de 2015, quando foi solicitado o envio do seu quadro técnico de profissionais engenheiros, com vínculo empregatício, constando respectivos cargos, CPF ou CREA-SP, salários e o regime de trabalho. Considerando que não foi obtida resposta. Considerando que em junho de 2016 foi novamente notificada e então, dentro do prazo de 30 dias estipulado pelo Crea (06/07/2016). Considerando que o Serviço de Gestão de Pessoal da Prefeitura da Estância Turística de Guaratinguetá enviou a relação de funcionários, onde constam 7 engenheiros com vínculo empregatício (6 engenheiros civis e 1 engenheira agrônoma), contratados em regime celetista (CLT), com salário base mensal de R\$ 1.176,12, o qual é acrescido de outras verbas que compõem a remuneração, além de 2 licenciados sem remuneração (1 civil e 1 agrônomo). Considerando que a UGI anexou telas Resumo dos profissionais ao processo, nas quais constam os dois engenheiros agrônomos, um na ativa (Melissa Bizareli Miranda Lima) e um licenciado (Washington Luiz Agueda). Considerando que em 16/01/2017, a UGI/Taubaté encaminha o Processo à CEA para análise e emissão de parecer. Considerando que em dezembro de 2017 o processo chega nas mãos do relator. Considerando a legislação que trata do assunto: Resolução nº 1008/04 do Confea, em especial: Art. 2º, 3º e 4º. Considerando que a Lei nº 5.194/66, em especial o Art. 82. Considerando a Lei 4.950-A/66, em especial: Art. 1º, 2º, 3º, 4º e 5º. Considerando que dentre os engenheiros exercendo atividades remuneradas dentro da Prefeitura da Municipal de Guaratinguetá consta a Engenheira Agrônoma Melissa Bizareli Miranda, com remuneração de R\$ 1.176,12 como salário base, valor abaixo do salário mínimo estipulado para quem é contratado no regime Celitista (CLT). Considerando que no ofício não vem quantificado o valor do acréscimo, sobre o salário base dos profissionais, de outras verbas que compõem a remuneração; Considerando que em consulta às ARTs ativas em nome da engenheira agrônoma, junto ao CREA-SP, observou-se a existência da ART nº 92221220141600244, de Cargo/Função, o que atesta a sua regularização contratual junto à Prefeitura Municipal. **DECIDIU: Para que a Prefeitura Municipal de Guaratinguetá seja notificada a fazer a reparação no salário da Eng. Agr. Melissa Bizareli Miranda, face ao disposto na Lei nº 5.194/66, em seu artigo 82, combinado com a Lei 4.950-A, de 22/04/1966, portanto sujeita a autuação. Que cópia do presente processo seja encaminhada também à Câmara Especializada de Engenharia Civil para manifestação quanto aos profissionais da área lotados naquela Prefeitura.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Percin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. Antonio Celso Facco, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus



Fls. Nº \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. Willian Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 12 de abril de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>552</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>86/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>SF-619/2017</b>
Interessado(a):	<b>SULPRAG CONTROLE DE PRAGAS LTDA</b>

EMENTA: Arquiva o processo, pois a interessada possui responsável técnico, registrado no CRQ

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 22 de março de 2018, apreciando o processo **SF-619/2017** que trata de solicitação de análise e parecer, quanto à obrigatoriedade de registro da empresa em face ao registro ao CRQ (Conselho Regional de Química). Considerando o relatório de fiscalização da empresa, destacando-se as principais atividades da empresa: controle de pragas, manejo de pombos, controle de roedores, descupinização, limpeza de reservatório de água; a empresa possui 04 (quatro) funcionários, incluindo um bacharel em química, responsável pelas atividades da empresa. Considerando que a empresa está registrada no CRQ, sob n.º 10.442/2016, tendo como Responsável Técnico o Sr. Renan de Almeida Paio. Considerando a Lei nº 5.194/66, destacamos: Art. 6º, 7º, 45, 46, 59 e 60. Considerando a Resolução n.º 1008/04 do CONFEA, em especial: 2º, 5º, 9º, 10, 11, 15, 16, 17. Considerando a Decisão Normativa n.º 67/00 do CONFEA, em especial, artigo 1º e 2º. Considerando a Lei Federal n.º 6839/80, em especial: Art. 1º. Considerando a Resolução Resolução de Diretoria Colegiada - RDC 52/2009 da ANVISA. DECIDIU: **Pelo arquivamento do processo, pois a interessada possui responsável técnico, registrado no CRQ.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. Antonio Celso Facco, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. Willian Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 12 de abril de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

## DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA

Reunião Ordinária nº	<b>552</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>87/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>SF-600/2017</b>
Interessado(a):	<b>HEITOR LUIS GUT GASTALDI</b>

EMENTA: Concede a interrupção de registro solicitada pelo profissional Engenheiro Agrônomo Heitor Luis Gut Gastaldi e dá outras providências.

## DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 22 de março de 2018, apreciando o processo **SF-600/2017** que trata de pedido de interrupção de registro junto a este Conselho do profissional Engenheiro Agrônomo Heitor Luis Gut Gastaldi, que declara exercer atividade profissional que não requer registro. Considerando que o profissional interessado apresentou Requerimento de Baixa de Registro Profissional e cópias autenticadas da carteira de Trabalho e Previdência Social. Considerando que o interessado é funcionário da BRSCAN BRASIL LTDA (BROOKFIELD BRASIL), que tem por objetivo social: Holding de Instituições Não – Financeiras, Serviços combinados de escritório, e apoio administrativo. Considerando que o interessado exerce o cargo de superintendente de agronegócio, conforme declaração, com atividades no gerenciamento de processos de fusões e aquisições, prospecção de oportunidades de investimento, realização de Valuation de negócio para uso interno, gerenciamento de equipes e processos de auditorias para aquisição de empresas ou ativos. Considerando as informações do cadastro do CREA/SP: o interessado é registrado desde 05.02.2007, e está em débito com a anuidade de 2017. Considerando que não constam ARTs, Responsabilidade Técnica ou processo (de ordem SF ou E) em nome do engenheiro Agrônomo Heitor Luiz Gut Gastaldi. Considerando o art. 5º da Resolução nº 218/73 do CONFEA, que discrimina as atividades das diferentes modalidades profissionais da engenharia. Considerando o art. 30 da Resolução nº 1007/03 do CONFEA, que dispõe sobre o registro de profissionais, e a sua interrupção. Considerando a Instrução nº 2560/13 do CREA/SP, que dispõe sobre procedimentos para a interrupção de registro. Considerando a Lei Federal nº 12.514/11, que trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais, Considerando o art. 55 da Lei Federal nº 5.194/66, que trata do Registro no Conselho. Considerando o art. 3º da Lei Federal nº 5.194/66, que trata do uso do Título Profissional. DECIDIU: **Pelo acatamento do pedido do interessado pela Interrupção do Registro Profissional. Informar ao interessado que, não mais poderá utilizar o Título Profissional de Engenheiro Agrônomo.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr.



Fls. Nº \_\_\_\_\_

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. Antonio Celso Facco, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. Willian Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 12 de abril de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>552</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>88/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>SF-1006/2017</b>
Interessado(a):	<b>FABIO FREIXO BRANCATO</b>

EMENTA: Arquiva o presente processo, por não entender o profissional Engenheiro Agrônomo Fabio Freixo Brancato não cometeu falta ética.

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 22 de março de 2018, apreciando o processo **SF-1006/2017** que trata de denúncia, protocolada pelos diretores das empresas Agroazul Agrícola Alcoazul Ltda e Alcoazul S/A – Açúcar E Alcool, em face do profissional Engenheiro Agrônomo Fabio Freixo Brancato por infração ao Código de Ética Profissional, uma vez que elaborou LAUDO TÉCNICO tendencioso, a respeito de canavial existente no imóvel rural “Fazenda Monte Verde”, localizado no município de Guararapes/SP, implantado em regime de parceria agrícola entre as empresas acima citada e o proprietário do imóvel rural. Considerando que de acordo com os denunciante, a conclusão do referido laudo de que o canavial está totalmente comprometido e que o “resto da cultura” existente deverá ser colhido rapidamente para impor as correções necessárias, não condiz com a verdade, mas reflete “apenas um interesse próprio do profissional em receber seus honorários pelo “trabalho” prestado, meramente mercantil, sem comprometimento com o que inseriu naquelas laudas.” Considerando que afirmam os denunciante que este mesmo laudo foi utilizado pelo proprietário do imóvel rural para notificação judicial, perante a 5ª Vara Cível de Araçatuba. Considerando que os denunciante apresentaram LAUDO TÉCNICO, elaborado pelo Eng. Agr. Márcio Passos Caires, que concluiu que “a cultura de cana-de-açúcar existente na Fazenda Monte Verde, apresenta-se com bom aspecto geral e praticas culturais satisfatórias.” Considerando que os denunciante apresentaram os respectivos documentos pessoais e contratos sociais das empresas. Considerando que foram emitidas ARTs para os dois Laudos Técnicos elaborados. Considerando que não existem processos de ordem “SF” e “E” em nome do profissional Eng. Agr. Fábio Freixo Brancato. Considerando que o interessado foi notificado a apresentar defesa em 07/2017. Considerando que o profissional denunciado requereu dilação de prazo para elaborar a sua defesa. Considerando que em 19/09/2019, o interessado protocolou defesa na Unidade de Gestão de Araçatuba, onde contesta a denúncia apresentada e, mais especificamente, o laudo técnico confeccionado pelo Eng. Agr. Marcio Passos Caires, apontando vários erros e alegações infundadas e afirma que existe péssima condução da Fazenda Monte Verde e que a mesma corre sério risco de ser desapropriada. Considerando que foi anexada à defesa fotos que corroboram as suas afirmações. Pede o arquivamento do presente processo. Considerando a Lei nº 5.194/66. Considerando o Código de Ética Profissional, aprovado pela Resolução nº 1.002/02 do CONFEA. Considerando a

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Resolução nº 1.004/03 do CONFEA. Considerando a Instrução nº 2559/13 do CREASP. Considerando que o Laudo Técnico apresentado pelo profissional Eng. Agr. Fábio Freixo Brancato, bem como a defesa por este apresentada, não incorre em infração a nenhum artigo do Código de Ética Profissional. DECIDIU: **Diante de todo o exposto, somos favoráveis, s.m.j., pelo ARQUIVAMENTO do presente processo, por não entender que houve falta ética.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. Antonio Celso Facco, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. Willian Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 12 de abril de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia





## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

## DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA

Reunião Ordinária nº	<b>552</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>89/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>SF-39/2016</b>
Interessado(a):	<b>SOARES OLIVEIRA AMBIENTAL LTDA ME</b>

EMENTA: Arquiva o processo, pois a empresa Soares Oliveira Ambiental LTDA – ME possui responsável técnico, registrado no CRMV.

## DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 22 de março de 2018, apreciando o processo **SF-39/2016** que trata de solicitação de análise quanto à obrigatoriedade de responsável técnico na empresa, Soares Oliveira Ambiental LTDA –ME. Considerando que a interessada está registrada neste conselho sob o número 1953029, desde 24/03/2014, teve como Responsável Técnico um Engenheiro Agrônomo. Considerando que após a revisão constatou que a empresa estava sem Responsável Técnico. Considerando que em 29/10/2015, o proprietário da empresa Sr. Carlos José Soares de Oliveira, declara que não desenvolve produção de produtos orgânicos minerais, entre outros produtos manuscritos no expediente e encaminha Certificado de Regularidade da Empresa junto ao CRMV/SP, datado de 16/06/2015. Considerando o social: “Indústria e Comércio de Materias Primas para fabricação de Rações para Animais, produção e comercialização de adubos organo-minerais, condicionadores de solo, ácido flúvico, matéria orgânica humidificada, todos na forma líquida e sólida”. Considerando que consta documento de transformação da empresa Ltda em empresa individual, inclusive descaracterizando sub-produtos de indústria alimentícia. Considerando que a Decisão CEA/SP nº 246/2016 que determina a diligência à empresa interessada. Considerando o Relatório Descritivo do processo Industrial do qual destacamos: conversão de resíduo açucarado em melaço industrial denominado ECOLIGA, mediante aplicação de aquecimento, e registro fotográficos do processo de produção. Considerando a Lei nº 5.194/66, da qual destacamos os artigos: Art. 6º alínea “e”, 7º, 8º, 45 e 46. Considerando a Resolução 1008/04 do Confea, em especial os artigos: 2º, 5º, 9º, 10, 11, 15, 16 e 17. DECIDIU: **Pelo arquivamento do processo, pois a interessada Soares Oliveira Ambiental LTDA – ME possui responsável técnico, registrado no CRMV.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. Antonio Celso Facco, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de



Fls. Nº \_\_\_\_\_

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. Willian Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 12 de abril de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**

Creasp nº 5062367008

Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>552</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>90/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>SF-2999/2016</b>
Interessado(a):	<b>SANTINA IMACULADA BONINI PRADO - ME</b>

**EMENTA:** Determina a necessidade de registro da empresa Santana Imaculada Bonini Prado – ME neste CREA-SP e dá outras providências.

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 22 de março de 2018, apreciando o processo **SF-2999/2016** que trata do assunto de notificação da empresa Santana Imaculada Bonini Prado – ME referente a registro. Considerando o comprovante de inscrição e de situação cadastral da interessada, emitido em 26/07/2016 – atividade econômica principal: torrefação e moagem de café. Considerando a ficha cadastral simplificada da JUCESP, atualizada em 16/08/2016, na qual se verifica que o objetivo social: torrefação, moagem e comércio de café e locação de máquina de café expresso. Considerando Relatório de Fiscalização de Empresa datado de 29/08/2016, no qual constam as informações: atividades desenvolvidas: torrefação e moagem de café; profissional integrante do quadro técnico, Vitor Hugo Bonini Pardo, qualificado como Tecnólogo de alimentos. Considerando que o café beneficiado no terreiro, estocado na Coopercitrus, semanalmente retirada matéria prima (café beneficiado) para ser torrado e moído. – Considerando a notificação nº 27.210 de 29/08/2016. Considerando que a UGI/Marília notificou a interessada para requerer o seu registro no CREA-SP, indicando profissional legalmente habilitado para ser anotado como seu responsável técnico, sob pena de autuação de acordo com o artigo 59 da Lei 5.194/66. Considerando a Defesa Administrativa apresentada pela interessada, contra a obrigatoriedade de registro no Crea, requerendo que o relatório da notificação seja julgado insubsistente. Considerando os argumentos apresentados destaca-se: - a sua atividade básica em hipótese alguma está voltada para a área de Engenharia, Arquitetura e Agronomia e tampouco exerce atividade reservada à profissional habilitado por este Conselho; - alega que as atividades desenvolvidas por ela não aplicam aos artigos 59 e 60 da Lei nº 5.194/66. Considerando que em resposta à contestação da obrigatoriedade de registro a UGI/Marília emitiu notificação citando os artigos 59 e 60 da Lei 5.194/6 e a Resolução nº 417/98 do Confea e notificou novamente a empresa para requerer o seu registro neste Crea/SP, indicando profissional legalmente habilitado para ser anotado como responsável técnico, sob pena de autuação de acordo com o artigo 59 da Lei 5.194/66 – AR respectivo datado de 06/10/2016. Considerando que em 10/10/2016 a interessada apresenta Recurso Administrativo ao Plenário do Crea, citando além dos artigos 59 e 60 da Lei 5.194/6 a Lei Federal 6.839/80. Considerando que foi anexado cópias das telas de Pesquisa de Empresa e de Profissionais no CREA-SP e nenhum registro foi encontrado em nome da interessada ou do profissional Victor Hugo Bonini Pardo,

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

qualificado como Tecnólogo em Alimentos. Considerando que em 05/12/2016 a UGI/Marília encaminha o presente processo para a Câmara Especializada de Agronomia para análise e emissão de parecer, considerando as defesas apresentadas. Considerando a Lei 6.839/80, da qual destacamos o Art. 1º. Considerando na Lei 5.194/66, da qual destacamos: Art. 7º, 8º, 45, 46, 55, 59 e 60. Considerando a Lei 6.839/80, da qual destacamos o Art. 1º. Considerando que a Resolução CONFEA nº 417/98, do Confea, da qual destacamos o artigo 1º. Considerando que a interessada tem como atividade principal a torrefação e moagem de café, conforme o Código da Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE) nº 10.81-3-02. Considerando que o profissional integrante do quadro técnico, Vitor Hugo Bonini Pardo, qualificado como Tecnólogo de Alimentos, apresentado pela interessada, não tem registro no CREA-SP e nem no CRQ (Conselho que esse profissional também pode se registrar). Considerando que em consulta feita no site do CRQ. Considerando que esse profissional está exercendo ilegalmente a profissão. Considerando que a interessada desenvolve atividades pertinentes à responsabilidade de profissional da área da Engenharia Agrônômica, conforme Resolução 218/73 do CONFEA, e considerando a Resolução 1.008/2004 do CONFEA que dispõe sobre os procedimentos para instauração, instrução e julgamento de processos. **DECIDIU: pela necessidade de registrar-se neste CREA-SP e indicar um responsável técnico devidamente habilitado (prazo de 10 (dez) dias. Em caso de não atendimento lavrar o Auto de Notificação e Infração pelo artigo 59 da Lei 5.194/66. Instaurar processo SF contra o Tecnólogo de Alimentos Vitor Hugo Bonini por exercício ilegal da profissão, artigo 6º da Lei 5.194/6.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. Antonio Celso Facco, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. Willian Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 12 de abril de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>552</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>91/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>SF-582/2016</b>
Interessado(a):	<b>LUCÉLIA AGRÍCOLA, PECUÁRIA E INDUSTRIAL LTDA.</b>

**EMENTA:** Notificar a empresa Lucélia Agrícola Pecuária e Industrial Ltda caso reinicie suas atividades, deverá registrar-se no CREA-SP e indicar profissional da área de ciências agrárias como Responsável Técnico e dá outras providências.

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 22 de março de 2018, apreciando o processo **SF-582/2016** que trata de apuração de atividades da empresa Lucélia Agrícola, Pecuária e Industrial Ltda. Considerando que o presente processo é instruído com cópias do processo SF 000556/2006, que teve início em 08 de março de 2006, para apurar as reais atividades da Empresa Lucélia Agrícola Pecuária e Industrial Ltda. Considerando que em 14 de novembro de 2015, foi realizado o Relatório de Fiscalização de Empresa nº 3442415051, à Empresa Lucélia Agrícola Pecuária e Industrial Ltda, CNPJ 60.892.064/0001-76, com Objetivo social exploração, comércio, industrialização, importação e exportação de produtos agrícolas e pecuários (conforme alteração Contratual datada de 28/10/2004), tendo como Principais atividades desenvolvidas, no momento a Empresa encontra-se inativa, hoje, conforme Contrato de Comodato de área de imóvel rural em anexo, a exploração da atividade rural encontra-se com a comodatária Maria Silvia Marcondes Barretto, na Fazenda Fortaleza. Considerando que foi anexado o Contrato de Comodato de Área de Imóvel Rural, denominado de Fazenda Fortaleza, registrado em 01 de janeiro de 2009, em que a Empresa Lucélia Agrícola Pecuária e Industrial LTDA, comodante e Maria Silvia Marcondes Barretto como comodatária, a comodante é proprietária da Fazenda Fortaleza, com vigência a partir de janeiro de 2009, com prazo indeterminado. Considerando o comprovante de Inscrição de Pessoa Jurídica e de Situação Cadastral emitido em 15 de outubro de 2015, que a Empresa Lucélia Agrícola Pecuária e Industrial LTDA, possui como atividade principal o cultivo de café. Considerando a Ficha Cadastral Completa, emitida pela Junta Comercial do Estado de São Paulo, dados de 14 de outubro de 2015. Considerando que na Reunião Ordinária nº 532 da CEA, realizada em 16 de junho de 2016, decidiu por unanimidade: aprovação do voto do redator e pela necessidade de contratação de profissional na área de ciências agrárias como responsável técnico. Considerando que a Empresa não está registrada, consulta realizada em 13 de novembro de 2017. Considerando a Lei 5.194/66, da qual destacamos: Art. 1º, 6º, 7º, 8º, 45, 59, 60 e 61. Considerando a Resolução nº 1008/04 do CONFEA, da qual destacamos: Art. 2º, 10, 11, 15, 16, 17 e 20. Considerando a Resolução 336/89 do CONFEA, da qual destacamos o Art. 1º. Considerando a Resolução nº 417/98 do CONFEA, da qual destacamos: Art. 1º. Considerando

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

que pelo Relato de Fiscalização de Empresa nº 34241551 a Empresa Lucélia Agrícola Pecuária e Industrial LTDA, na data da fiscalização ocorrida em 14 de novembro de 2015, encontrava-se inativa. DECIDIU: **Notificar a empresa Lucélia Agrícola Pecuária e Industrial Ltda, que se reiniciar suas atividades, deverá registrar-se no CREA-SP e indicar profissional da área de ciências agrárias como Responsável Técnico, devidamente habilitado, baseados em: Artigos 1º, 7º, 8º, 59º, 60º e 61º da Lei 5.194/66; Artigo 1º, Classe B da Resolução nº 1008/04 do CONFEA e Artigo 1º da Resolução nº 417/98 do CONFEA.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. Antonio Celso Facco, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. Willian Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 12 de abril de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>552</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>92/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>SF-494/2017</b>
Interessado(a):	<b>VERDEPLANT COMÉRCIO E SERVIÇOS DE SILVICULTURA LTDA-EPP</b>

EMENTA: Matem a Notificação Nº 33810/2016 a empresa VERDEPLANT LTDA e dá outras providências.

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 22 de março de 2018, apreciando o processo **SF-494/2017** que trata de apuração de atividades da empresa VERDEPLANT LTDA. Considerando que a empresa VERDEPLANT LTDA tem atividade principal de comércio varejista de plantas e flores naturais e que teve em 2014 sua atividade econômica alterada com a inclusão de serviços de silvicultura, análise e recuperação de ecossistemas, educação ambiental, jardinagem, manejo de populações vegetais, planejamento ambiental e reflorestamento, hidrossemeadura, entre outros. Considerando que outubro de 2016 a referida empresa, após constatações de suas principais atividades desenvolvidas, conforme relatório da fiscalização, foi notificada pela obrigatoriedade de registro no CREA/SP e indicar profissional legalmente habilitado para ser anotado como Responsável Técnico. Considerando que em dezembro de 2016 ocorreu uma manifestação da empresa informando que a empresa VERDEPLANT COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, possui seu registro no CRBio sob no 963/01, tendo como responsável técnico o biólogo Maurício Machado Gomes (CRBIO 26324-01). Considerando que em razão da ausência de registro a empresa foi novamente notificada em Março de 2017 sobre a manutenção da irregularidade e reiterando sobre a necessidade do competente registro no CREA/SP e indicação do Responsável Técnico. Considerando que o processo foi encaminhado para análise e parecer da CEA. Considerando que a empresa VERDEPLANT desenvolve dentro de suas atividades principais a execução de serviços, estudos, análises e projetos em áreas de competências e atribuições de profissionais do sistema CONFEA/CREA de acordo com a Lei federal no 5194/66, que regulamenta o exercício das profissões. Considerando a Lei Nº 6.839/1980, que dispõe sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões, é obrigatório o registro de empresas e a anotação de responsabilidade técnica do profissional legalmente habilitado, em razão de atividades desenvolvidas que são de competência dos referidos profissionais. Considerando que dentre as atividades descritas na atividade econômica da empresa VERDEPLANT algumas possam também ser realizada por outros profissionais como Biólogos, mas não a totalidade das atividades apresentadas. Considerando não haver impedimento que empresa efetue seu registro a mais de um Conselho Regional, cujo objetivo seja o de fiscalizar o exercício de uma profissão regulamentada por legislação



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

específica com requisitos exigidos para a prática da mesma. Considerando que as atividades da empresa são pertinentes à responsabilidade de profissional da área de Engenharia Agrônômica, conforme Resolução CONFEA Nº 218/1973, que discrimina atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia. Considerando a Resolução no 1008/04 do CONFEA, com destaque para o artigo 9º artigo 10. DECIDIU: **Pela manutenção da Notificação Nº 33810/2016, à empresa VERDEPLANT LTDA e consequente imposição de auto por onfração ao artigo 59 da Lei 5.194/66.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. Antonio Celso Facco, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. Willian Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 12 de abril de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

## DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA

Reunião Ordinária nº	<b>552</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>93/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>SF-495/2017</b>
Interessado(a):	<b>MÃO FORTE AMBIENTAL CONTROLE INTEGRADO</b>

EMENTA: Concede vista à Conselheira Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo

## DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 22 de março de 2018, apreciando o processo **SF-495/2017** que trata de apuração de atividades da empresa Mão Forte Ambiental Controle Integrado. DECIDIU: **Conceder vistas à Conselheira Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo**. Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Percin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. Antonio Celso Facco, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. Willian Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 12 de abril de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

## DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA

Reunião Ordinária nº	<b>552</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>94/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>SF-595/2017</b>
Interessado(a):	<b>GUILHERME MINOSSI ZAINA</b>

EMENTA: Lavrar da Auto em nome do profissional Eng. Agr. Guilherme Minissi Zaina por infração a alínea “b” do artigo 6º da Lei 5.194/66.

## DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 22 de março de 2018, apreciando o processo **SF-595/2017** que trata de análise preliminar de denúncia face do profissional Eng. Agr. Guilherme Minossi Zaina. Considerando que o Comitê Nacional de Certificação e Credenciamento (CNC) comunica ao Crea-SP que o Profissional Guilherme Minossi Zaina recebeu uma sanção do tipo **SUSPENSÃO**, por período de 3 meses, em função de erros no serviço de Georreferenciamento e nos procedimentos de certificação e requerimentos indevidos. Considerando que após o comunicado do INCRA a UGI/Ourinhos anexou aos processos os seguintes documentos: 1. Resumo profissional do interessado; 2. Requerimento de Sanção do Sistema de Gestão Fundiária/SIGEF. Considerando que em 20/07/2017 o interessado protocolou manifestação sobre o assunto. Considerando a Lei Nº 5.194/66, em especial: Art. 7º-, 10, 11, 46 alínea “d”. Considerando a Resolução nº 218/73, com destaque para o Art. 5º. Considerando a Resolução nº 1.007/03, em especial o Art. 45. Considerando a Resolução Nº 1.057/14, em especial os artigos 1º e 2º. Considerando a Decisão PL-2087/2004, que Reformulação da Decisão PL-0633/2003. Considerando a Decisão Nº: PL-1347/2008. Considerando a Decisão Nº: PL-0574/2010. Considerando a Resolução Nº 1/07. Considerando a Resolução Nº 1.073/16, em especial Art. 1º, 3º e 7º. Considerando a Resolução Nº 1.008/04, em especial Art. 2º, 5º, 9º, 10, 11, 15, 16, 17 e 20. Considerando que o profissional Eng. Agr. Guilherme Minossi Zaina, Não Tem Atribuição para executar serviços de Georreferenciamento. DECIDIU: **Pela Lavratura da Auto em nome do profissional Eng. Agr. Guilherme Minissi Zaina por infração a alínea “b” do artigo 6º da Lei 5.194/66 - Exorbitância.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Agr. Antonio Celso Facco, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Agr. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr.



Fls. Nº \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. Willian Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 12 de abril de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

## DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA

Reunião Ordinária nº	<b>552</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>95/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>SF-534/2014</b>
Interessado(a):	<b>OLAVO BOLDRIN - ME</b>

EMENTA: A empresa Olavo Boldrin - ME não necessita de Registro da junto ao CREA-SP e da outras providências.

## DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 22 de março de 2018, apreciando o processo **SF-534/2014** que trata de apuração de atividades da empresa Olavo Boldrin – ME. O processo inicia com cópias do processo SF 19/2011, no qual foi lavrado auto por infração ao artigo 59 da Lei 5.194/66. Considerando que em 28/03/2014, a UOP/ São José do Rio Pardo, procedeu diligência junto à interessada, conforme Relatório de Fiscalização de Empresa, na qual constatou que as principais atividades desenvolvidas pela empresa são: comércio varejista de plantas e flores naturais, e produtos agrícolas (terra vegetal), húmus, vitaminas para plantas e vasos em geral. Considerando as fotografias tiradas na dala da diligência. Considerando a ficha cadastral completa da interessada na JUCESP, da qual destacamos que o objeto social da empresa: comércio varejista de plantas e flores naturais e de sementes e produtos agrícolas. Considerando o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral - atividade econômica principal: comércio varejista de plantas e flores naturais. Considerando que o processo foi encaminhado à CEA, para análise e deliberação. Considerando que a UOP informa que não consta registro em nome da sociedade empresária individual interessada. Considerando a Lei Federal nº 5.194/66, da qual destacamos: Art. 6º, 7º, 8º, 45, 46 e 59. Considerando a Resolução Confea nº 1.008/04, da qual destacamos: Art. 2º, 5º, 9º, 10, 11, 15, 16 e 17. Considerando que essa empresa já foi autuada em meados de 2011 por não se registrar junto ao CREA-SP e nem apresentar Responsável Técnico devidamente habilitado. Considerando que a interessada permanece com sua situação irregular neste Conselho. Considerando que devido não regularização da situação da empresa, ficou sujeita a nova fiscalização deste Conselho. DECIDIU: **não há necessidade de Registro da empresa Olavo Boldrin - ME junto ao CREA-SP, nem também a necessidade de apresentação de Responsável Técnico devidamente habilitado junto ao CREA-SP, por tratar-se de Comércio Varejista de plantas e flores naturais.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. Antonio Celso Facco, Eng. Agr. José



Fls. Nº \_\_\_\_\_

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. Willian Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 12 de abril de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

### DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA

Reunião Ordinária nº	<b>552</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>96/2018</b>
Referência:	
Interessado(a):	

**EMENTA:**

## DECISÃO





Fls. Nº \_\_\_\_\_

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**



São Paulo, 12 de abril de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>552</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>97/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>SF-773/2017</b>
Interessado(a):	<b>CARLOS SUSSUMU NAKAJIMA</b>

**EMENTA:** Não acatar a denúncia em face do profissional Engenheiro Agrônomo Carlos Sussumu Nakajima e dá outras providências.

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 22 de março de 2018, apreciando o processo **SF-773/2017** que trata de análise preliminar de denúncia em face do profissional Engenheiro Agrônomo Carlos Sussumu Nakajima. Considerando a denúncia formulada pela Sra. Sonia Maria Revito em face do profissional Engenheiro Agrônomo Carlos Sussumu Nakajima, em 01.06.2017, na qual a denunciante informa a contratação do profissional em 17.02.2014 para execução de trabalho de agrimensura, ou seja para o desmembramento da gleba 44 localizada às margens da Rodovia Ibiúna-Votorantim, na Fazenda do Limal – Bairro Piratuba – Piedade, SP, com entrega em 25 dias, com pagamento de entrada de R\$ 1.400,00. Considerando que após esgotado o prazo para a realização do serviço a denunciante procurou, por várias vezes, o profissional e apenas em 25.05.2017 o mesmo expôs que não executaria o serviço por não estar habilitado e que devolveria integralmente o valor pago. Considerando que juntamente com a denuncia foram protocolados cópias dos seguintes documentos: - Contrato de Prestação de Serviços firmado em 14.02.2014 entre a Sra. Sonia Maria Revito e Carlos Sussumu Nakajima, para os serviços de identificação dos limites e preparo do mapa da área; - dados referentes a duas áreas indicadas pela contratante, objetivando a identificação de rumos e distâncias, serviços de levantamento e determinação dos limites das áreas (primeira área, uma faixa de gleba identificada como Fazenda do Limal, terreno pertencente a João Francisco Araújo, que se localiza às margens da Estrada Municipal PDD-143 fazendo divisa com o Sr. João Francisco Araújo e a segunda, uma fração de gleba identificada como Fazenda do Limal, terreno pertencente a João Francisco Araújo que se localiza entre a propriedade do Sr. João e o Córrego da Limeira); valor total de R\$ 3.400,00; consta que o contrato vigoraria até o término do serviço proposto; - Recibo do valor de R\$ 1.400,00 ; - e-mails de 19.09.2015 e de 28.10.2015 da denunciante ao denunciado solicitando posição; - Rescisão Amigável de Contrato de Prestação de Serviços, datado de 15.05.2017, com a devolução do valor de R\$ 400,00; - Recibo do valor de R\$ 400,00; e - Descritivo de despesas de serviços, datado de 15.05.2017, onde constam: Observação - contrato firmado em fevereiro de 2014, sendo o profissional habilitado para tanto, pois o INCRA ainda aguardava deliberação para habilitar técnicos com a responsabilidade para determinados serviços; O trabalho não poderá ser concluído pois em 2015 ocorreu decisão da Plenária do CONFEA sobre a criação de GT onde ficou decidido que os profissionais deveriam

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

cursar matérias recentes para a atribuição de atividades de georreferenciamento; Trata-se de apresentação de valores para firmar acordo amigável para rescisão de contrato firmado em período em que o profissional poderia atuar na área técnica. Considerando o Resumo de Profissional, no qual se verifica que o denunciado está registrado como ENGENHEIRO AGRÔNOMO, desde 08.01.2003, com atribuições do artigo 5º da Res. 218/73, do CONFEA, sem prejuízo das atribuições previstas no Decreto Federal nº 23.196/33; está quite com anuidades até 2017; e está anotado como responsável técnico da empresa Raiz Branca Substratos Ltda, desde 10.06.2015. Em 06.06.2017. Considerando que a UGI/Sorocaba informou o profissional sobre a abertura do presente processo e notificou-o para manifestar-se formalmente sobre a denúncia, no prazo de 10 dias. Considerando que em 09.08.2017, intempestivamente, o interessado apresenta defesa sobre a Denúncia, informando que a reclamante foi comunicada diversas vezes sobre a discrepância da área e confrontantes; que apesar do envio de documentos digitalizados, surgiu dúvida sobre a titularidade das áreas indicadas e que a área é objeto de pedido de reintegração de posse desde o ano de 2005. Considerando que anexa a defesa: telas de consulta de processo de 1º grau no Foro de Piedade, referente ao processo 0003861-53.2005.8.26.0443 de reintegração/manutenção de posse, tendo como requerente Antonieta Garcez Ayres e como requerido João Francisco Araújo; Declaração negativa de Prestação de Serviços em propriedade situada no Bairro Fazenda do Limal, Piedade, São Paulo. Considerando que a denunciante Sonia Maria Revito foi comunicada da abertura do presente processo. Considerando que o processo foi encaminhado à CEA, para análise e emissão de parecer fundamentado, em conformidade com o disposto no artigo 15 da Resolução nº 1008/04, do CONFEA. Considerando a Lei Federal nº 5.194/66, em especial: Art. 45 e 46. Considerando a Resolução nº 1.008/04, Art. 15 e 16. Considerando a Instrução nº 2559/13 do CREA-SP, em especial: Art. 1º, 11, 12. Considerando a Decisão PL - 2087/04 do CONFEA. Considerando a Decisão PL - 1347/08, do CONFEA. Considerando que em 15 de maio de 2017 a denunciante assinou Rescisão Amigável de Contrato de Prestação de Serviço, concordando com a devolução de R\$ 400,00, calculado com base em planilha apresentada pelo denunciado sobre despesas referentes à prestação do serviço. Considerando que o denunciado foi notificado para manifestar-se acerca da denúncia, e apresentou defesa com os principais argumentos: a) durante vistoria na área foi verificado discrepância quanto aos confrontantes e proprietários e que os indicados pela reclamante eram pessoas desconhecidas pelos demais proprietários e de áreas próximas; b) apesar do envio de documentos digitalizados, surgiu dúvida sobre a titularidade das áreas indicadas, sendo feitas incursões ao Cartório de Imóveis da Comarca de Piedade, verificando-se que o proprietário indicado (João Francisco de Araújo) não possui imóveis naquela região; c) durante pesquisa em diversos Órgãos oficiais foi verificado que a área é objeto de pedido de reintegração de posse desde o ano de 2005, segundo processo no 0003861-53.2005.8.26.0443 (443.01.2005.003861), no Cartório da 2ª. Vara Judicial (fl. 23); d) tendo a denunciante declarado que o denunciado atuou como prestador de serviço para a família Canallez que invadiu a área de sua propriedade, o denunciado apresentou declaração de sucessores de Jeronymo Canalez, informando que não contrataram o Eng. Agr. para prestação de serviços em propriedade situada no Bairro Fazenda do Limal, Piedade-SP. DECIDIU: **Pelo não acatamento da denúncia, devendo o processo ser restituído pelo Departamento de Apoio ao**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

**Colegiado – DAC à Unidade de Atendimento do Crea-SP, onde foi instaurado, para dar conhecimento às partes interessadas.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. Antonio Celso Facco, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. Willian Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 12 de abril de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia



Fls. Nº \_\_\_\_\_

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

**DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>552</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>98/2018</b>
Referência:	[REDACTED]
Interessado(a):	[REDACTED]

**EMENTA:**

[REDACTED]

**DECISÃO**

[REDACTED]



Fls. Nº \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**



São Paulo, 12 de abril de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>552</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>99/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>SF-706/2017</b>
Interessado(a):	<b>CREA-SP</b>

**EMENTA:** Determina notificar em processo próprio todos os profissionais mencionados no processo para recolherem ART de desempenho de Cargo e Função Técnica.

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 22 de março de 2018, apreciando o processo **SF-706/2017** que trata de "Sinistro", devido a queda de uma árvore no dia 19/05/2017, na Rua Itapeva, altura do número 432 - São Paulo-SP, que atingiu 04 carros e 01 moto além da Rede de Energia Elétrica. Considerando que consta o Relatório de Fiscalização elaborado pelo agente fiscal da UGI/Oeste, detalhando o ocorrido, com fotografias. Considerando o Termo de Contrato nº 010/SP-SE/2014 - Processo Administrativo 2014-0.063.972-3, firmado em 03/12/2014 e válido por 12 meses, tendo como contratante à Prefeitura da Cidade de São Paulo/PMSP, e como contratada a empresa A. Tonanni Construções e Serviços Ltda, tendo como objeto: serviços técnicos de manejo de árvores, no Município de São Paulo, com 3 equipes, com fiscalização dos serviços exercida pela Supervisão Técnica de Limpeza Pública, e os respectivos Aditamentos - inclusive referente à prorrogação até 16/12/2016. Considerando a Cópia da ART nº 280272301613774677 recolhida pela Engenheira Agrônoma Bianca Thereza Hermínia Pavan Reinaldo, em 19/12/2016, referente à execução de parques e jardins (3,0000 unidade), coma observação PA nº 2014.0.063.972.3 - prorrogação contratual pelo período de 12 meses, contados à partir de 16/12/2016 à 15/12/2017. Considerando o Relatório de Árvore Caída e Galho Caído, datado de 19/05/2017, com fotografias. Considerando o Email da profissional Bianca Thereza Hermínia Pavan Reinaldo, datado de 26/06/2017, referente ao ocorrido. Considerando o expediente da Supervisão Técnica de Limpeza Pública da PMSP, datado de 29/06/2017, com informações sobre o assunto, assinados pelas Engenheiras Agrônomas Alexandra Soares Rosa; Márcia Celestino Macedo; Helena Emi Kavamura, e encaminhamento assinado pelo Coordenador de projetos e Obras da PR-Sé, Engenheiro Mauro Messa Martins. Considerando a cópia do comprovante de inscrição e de situação cadastral na Receita Federal da PMSP. Considerando a cópia da ficha cadastral simplificada da JUCESP da empresa Tonanni Construções e Serviços Ltda. Considerando informação de cadastro do CREA-SP sobre a empresa Tonanni Construções e Serviços Ltda - registrada desde 20/09/1982, com a anotação de vários profissionais como responsáveis técnicos. Considerando as Cópias das ART's referentes ao Processo Administrativo 2014-0.063.972-3, recolhidas de 26/11/2014: e que constam como Atividade Técnica: Execução de poda à céu aberto, recolhidas pelos Engenheiros Agrônomos Eduardo Goulardins Neto e Bianca Thereza Herminia Pavan Reinaldo e Atividade Técnica: execução de



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

parques e jardins, recolhida pela engenheira Agrônoma Bianca Thereza Herminia Pavan Reinaldo, em 16/12/2015, e em 19/12/2016. Considerando a informação de cadastro no CREA-SP dos profissionais: Eduardo Goulardins Neto e Bianca Thereza Herminia Pavan Reinaldo. Considerando as ARTs de desempenho de cargo e função recolhidas pela profissional Bianca Thereza Herminia Pavan Reinaldo, referente às empresas ALA, HESE e JJ, pelas quais está anotada como responsável técnico junto ao CREA, com informações de cadastro sobre as citadas empresas. Considerando as informações de cadastro no CREA-SP sobre as Engenheiras Agrônomas da STLP, Alexandra Soares Rosa, Márcia Celestino Macedo e Helena Emi Kavamura e sobre o Engenheiro Civil Mauro Messa Martins. Considerando que o presente processo foi encaminhado à CEA, para análise e emissão de parecer fundamentado e providências. Considerando a Lei Federal nº 5.194/66, da qual destacamos: Art. 7º, 8º, 45, 46 e 59. Considerando a Resolução Confea nº 1.008/04, da qual destacamos: Art. 2º, 5º, 9º, 10, 11, 15, 16 e 17. Considerando que a Subprefeitura da Sé da PMSP possui Vínculo Contratual com a Empresa A Tonanni Construções e Serviços Ltda, referente a prestação de serviços técnicos especializados em manejos de árvores, no município de São Paulo. Considerando que a empresa A. Tonanni Construções e Serviços Ltda, apresenta em seu quadro técnico, profissionais Engenheiros Agrônomos, com atribuições e habilitações devidamente registrados junto CREA-SP. Considerando também que a própria Subprefeitura da Sé da PMSP, possui em seu quadro técnico profissionais Engenheiros Agrônomos registrados junto ao CREA-SP. Considerando que a Responsável Técnica pela empresa A. Tonanni Construções e Serviços Ltda, Eng. Agrônoma Bianca Reinaldo, elaborou um Relatório de Árvore Caída e Galho Caído, no dia do sinistro, informando que chovia no local da queda da árvore, e que houve ruptura na raiz da árvore. Considerando o email da Responsável Técnica pela empresa A. Tonanni Construções e Serviços Ltda, Eng. Agrônoma Bianca Reinaldo, encaminhado a Eng. Marcia Celestino Macedo, Supervisora Técnica de Limpeza Pública da Subprefeitura da Sé da PMSP. Considerando o Relatório de Fiscalização do CREA-SP. Considerando que a Empresa A. Tonanni Construções e Serviços Ltda está registrada sob o número CREASP 268456 e está em situação regular. Considerando as ARTs correspondentes aos contratos celebrados entre a empresa A Tonanni e a Prefeitura da Cidade de São Paulo, localizando as ARTs referentes aos contratos de execução de poda do Eng. Agr. Eduardo Goulardins Neto de 2014; da Eng. Agr. Bianca T. H. P. Reinaldo referente ao contrato de execução de poda 2014; da Eng. Agr. Bianca T. H. P. Reinaldo referente ao contrato de execução de plano de controle ambiental de 2014; da Eng. Agr. Bianca T. H. P. Reinaldo referente ao contrato de execução de arcos e jardins de 2014. Considerando que a profissional Eng. Agr. Bianca Thereza Hermínia Pavan Reinaldo está registrada sob o número CREA 0685114392, em situação regular, e emitiu as ARTs de cargo e função: Como responsável técnica da empresa HESE Emp. e Gerenciamento Ltda - situação regular; Como responsável técnica da empresa ALA Administração e Multiserviços Ltda - situação regular; Como responsável técnica da empresa J.J Comercial e Distr. de Gêneros Alimentícios Ltda - situação regular. Considerando que não foi localizada a ART de cargo e função referente à Empresa A Tonanni Construções e Serviços Ltda. Considerando as pesquisas no Sistema CREANET referente aos profissionais pertencentes a Subprefeitura da Sé da PMSP, sendo localizados os seguintes registros: Eng. Agr. Alexandra Soares Rosa, em situação regular; Eng. Agr. Márcia Celestino Macedo, em situação regular; Eng. Agr. Helena

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Emi Kavamura, em situação regular; Eng. Civil Mauro Messias Martins, em situação regular. Considerando que não foram localizadas as ARTs de cargo e função dos profissionais citados referentes ao cargo exercido na Prefeitura da Cidade de São Paulo. Considerando as fotografias extraídas do Sistema Google Maps antes da queda da árvore, na qual se constata que a mesma apresentava inclinação no sentido da Rua Itapeva. Considerando também fotografias do dia da queda mostrando o rompimento total do sistema radicular e tubulação de água da SABESP rompido. Considerando que não há um laudo técnico que confirme as reais causas da queda da árvore, como por exemplo se as obras do Shopping/Hotel que está sendo construído no entorno da árvore deram motivo a queda, ou se a canalização de água da SABESP se rompeu com a queda, ou se a mesma já apresentava vazamento antes do sinistro. Considerando que não há como considerar responsabilidades dos profissionais do Sistema CONFEA/CREA no sinistro ocorrido com a queda da árvore. DECIDIU: **Notificar em processo próprio todos os profissionais mencionados no processo para recolherem ART de desempenho de Cargo e Função Técnica.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. Antonio Celso Facco, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. Willian Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 12 de abril de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	<b>552</b>
Decisão CEA/SP nº	<b>100/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>SF-2891/2016</b>
Interessado(a):	<b>MUNICÍPIO DE DESCALVADO</b>

EMENTA: Cancela do Auto Nº 37672/2016 lavrado por infração à alínea “a” do Art. 6º da Lei 5.194/66 face à Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Município de Descalvado e dá outras providências.

**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 22 de março de 2018, apreciando o processo **SF-2891/2016** que trata da autuação da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do município de Descalvado, por infração à alínea “a” do artigo 6º da Lei 5.194/66. Considerando que o presente processo inicia com cópias do processo P 71/00 V3. Considerando o Relatório de Fiscalização, referente a fiscalização na Secretaria Municipal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que aponta o Eng. Agr. Fábio Bianco Generoso como o responsável técnico da referida Secretaria, com a apresentação da ART de Cargo e Função nº 92221220141113466. Considerando que no processo foi anexado o Plano Diretor do Município e encaminhado à CEA, para análise do GTT Prefeituras Municipais, em fevereiro de 2015. Considerando a relatora do processo, à época, Eng. Agr. Francisca Ramos de Queiroz, analisando o Relatório de Fiscalização, observou que, na área que compete à CEA: existia uma Secretaria de Agricultura, sob a responsabilidade de um Engenheiro Agrônomo, porém não constavam responsáveis técnicos específicos para o Viveiro de mudas (item 3), para o programa de recomposição de arborização urbana (item 4) e para manutenção de Parques e Jardins, nas questões de plantio, poda, limpeza e remoção (item 6). Considerando a Decisão CEA/SP nº 246/2015, retornar o processo à UOP Descalvado, objetivando verificar quem responde como Responsável Técnico itens horto florestal/viveiro de mudas florestais, ornamentais e frutíferas; Programa de recomposição de arborização urbana. Não consta Responsável Técnico; manutenção de Parques e Jardins/arborização: nas questões de plantio, poda, limpeza e remoção. Não consta Responsável Técnico. Considerando que a Diretora de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sra. Maria Cristina Castiglioni, foi notificada em novembro de 2015, entretanto de forma errônea, pois constava que a decisão era da Câmara Especializada de Engenharia Mecânica e Metalúrgica e não da CEA. Considerando que em dezembro de 2015, o pedido foi reiterado, com a devida correção. Considerando o não atendimento ao ofício, em junho de 2016, o processo foi encaminhado novamente à CEA para manifestação. Considerando a Decisão CEA/SP nº 206/2016 pela autuação da municipalidade por exercício ilegal da profissão de acordo com a Lei 5.194/66, art. 6º, alínea “a”. Considerando que em função da autuação foi iniciado o presente processo de ordem SF, em nome da interessada, e feita a autuação (Auto de Infração Nº 37672/2016), em 30 de novembro de 2016, com emissão de boleto no valor de R\$ 5.896,34. Considerando que não houve manifestação de defesa nem do pagamento da multa imposta, o processo foi encaminhado à Câmara Especializada de Agronomia para análise e emissão de parecer fundamentado sobre a manutenção ou cancelamento da autuação, de conformidade com o disposto nos artigos 16 a 20 da Resolução nº 1008/2014, do Confea. Considerando a legislação vigente: Lei 5.194/66, em especial: Art. 6º e 7º. Considerando a Resolução

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Nº 1008/04 do Confea, em especial: Art. 11, 20, 47. Considerando a Resolução Confea nº 336/89, em especial: Art. 1º. Considerando a Decisão Normativa nº 74/04 do Confea. Considerando que, na ocasião do preenchimento do Relatório de Fiscalização, o nome do Engenheiro Agrônomo Fábio Bianco Generoso constava como responsável técnico pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do município de Descalvado, com apresentação da respectiva ART de cargo e função, só não havendo a indicação do nome na frente de cada item especificado no processo (itens 3, 4 e 6), é do nosso entender que, havendo um profissional responsável pela Secretaria como um todo, este profissional deva ser o responsável pelos serviços/atividades prestados por ela. Considerando que a lavratura do Auto de Infração ocorreu em novembro de 2016, época de eleições municipais e, consequentemente, de troca de gestão (já em janeiro de 2017). Considerando que, em consulta feita junto ao Crea-SP, a ART de cargo e função do Eng. Agr. Fábio Bianco Generoso ainda se encontra em aberto, portando ainda ligado à Prefeitura Municipal. DECIDIU: **1) Pelo cancelamento do auto nº 37672/2016, lavrado por infração a alínea “a” do artigo 6º da Lei 5.194/66 face à Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Município de Descalvado e 2) Em processo próprio realizar diligência na Prefeitura Municipal de Descalvado, já que está sob uma nova gestão, para averiguar “in loco” a efetiva existência de responsável técnico para os serviços de arborização urbana, implantação, manutenção (podas) de jardins e praças, assim como no Viveiro de mudas.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Angelo Petto Neto, Eng. Agr. Antônio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortêz, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Agr. Ftal. Antonio Celso Facco, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Agr. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agr. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agr. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. Willian Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo, 12 de abril de 2018.

**Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile**  
Creasp nº 5062367008  
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia